



*#Sou Movido
Por Tradição*



Nas redes sociais: /OnibusMarcopolo

MARCOPOLO S/A
CNPJ Nº 88.611.835/0001-29
CVM – 00845-1 / NIRE 43300007235
Companhia Aberta

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2015**

RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2015 - Relatório da Administração

Senhores(as) Acionistas:

A Administração da Marcopolo S.A. submete para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS – *International Financial Reporting Standards*, estabelecido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marcopolo é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, fundada em 06 de agosto de 1949, e tem por principal objetivo a fabricação de ônibus, de carrocerias para ônibus e componentes.

A linha de produtos abrange uma ampla variedade de modelos, composta pelos grupos de rodoviários, urbanos, micros e minis, além da família Volare (ônibus completo, com chassi e carroceria).

A fabricação de ônibus é realizada em dezessete unidades fabris, sendo cinco no Brasil (duas unidades em Caxias do Sul – RS, uma em Duque de Caxias – RJ, uma em São Mateus – ES, além de participação de 45,0% na empresa San Marino Ônibus e Implementos Ltda., também em Caxias do Sul – RS), e doze no exterior, sendo uma unidade própria na África do Sul, três na Austrália, além de coligadas/controladas na Argentina (2), Colômbia, Egito, Índia (2), México e China. A Marcopolo detém ainda 40,0% de participação na empresa Spheros (climatização e ar-condicionado), 30,0% na WSul (espumas para assentos), 65,0% na Apolo (soluções em plásticos), 26,0% na MVC (componentes plásticos), e 19,97% na empresa canadense New Flyer Industries, Inc. Além das empresas mencionadas, a Marcopolo detém o controle integral do Banco Moneo S.A., constituído para dar suporte ao financiamento dos produtos da Companhia.

2. INDICADORES DE DESEMPENHO

Na tabela abaixo, estão listados alguns indicadores de relevância para a gestão e análise do desempenho da Companhia em 2015.

DADOS CONSOLIDADOS

(R\$ em milhões e variação em percentual, exceto quando indicado de outra forma)

Desempenho Operacional	2015	2014	Var. %
Receita Operacional Líquida	2.739,1	3.400,2	(19,4)
- Receitas no Brasil	1.263,5	2.252,0	(43,9)
- Receitas de exportações e no exterior	1.475,6	1.148,2	28,5
Lucro Bruto	476,0	592,3	(19,6)
EBITDA ⁽¹⁾	212,5	306,4	(30,6)
Lucro Líquido	89,1	224,1	(60,2)
Lucro por ação em R\$	0,100	0,252	(60,3)
Retorno sobre o Capital Investido – ROIC ⁽²⁾	6,3%	10,2%	(3,9)pp
Retorno sobre o Patrimônio Líquido – ROE ⁽³⁾	5,4%	14,8%	(9,4)pp
Investimentos	156,2	136,3	14,6
Patrimônio Líquido	1.828,1	1.647,6	11,0
Posição Financeira: Segmento Industrial			
Caixa, Equivalente a Caixa e Aplicações Financeiras	1.346,0	888,1	51,6
Passivo Financeiro de Curto Prazo	691,5	159,1	334,6
Passivo Financeiro de Longo Prazo	1.065,1	1.204,2	(11,6)
Passivo Financeiro Líquido	410,6	475,2	(13,6)
Posição Financeira: Segmentos Industrial e Financeiro			
Caixa, Equivalentes a Caixa e Aplicações Financeiras	1.365,2	915,6	49,1
Passivo Financeiro de Curto Prazo	966,1	421,7	129,1
Passivo Financeiro de Longo Prazo	1.509,7	1.691,2	(10,7)
Passivo Financeiro Líquido	1.110,6	1.197,3	(7,2)
Margens			
Margem Bruta	17,4%	17,4%	-
Margem EBITDA	7,8%	9,0%	(1,2)pp
Margem Líquida	3,3%	6,6%	(3,3)pp

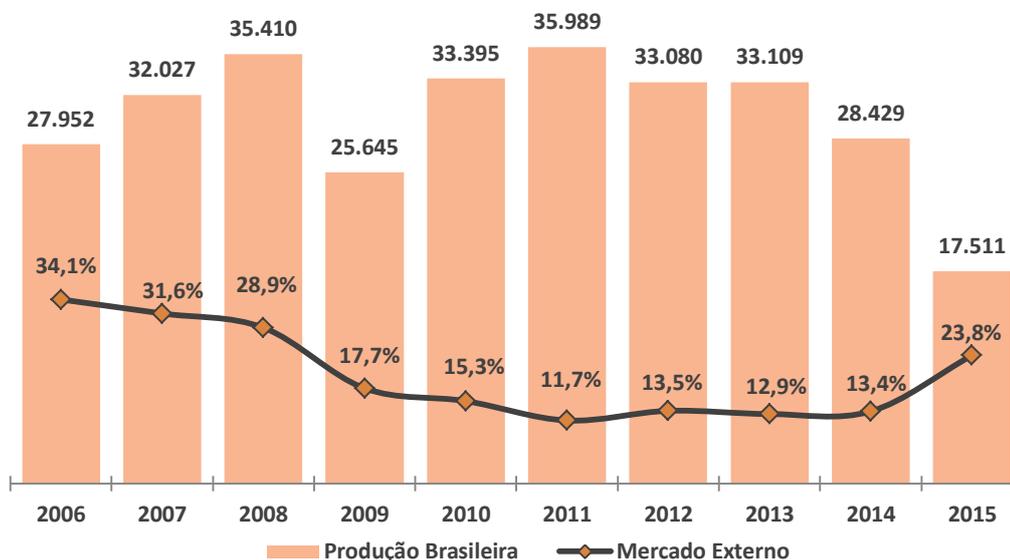
Notas: ⁽¹⁾ EBITDA = Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações; ⁽²⁾ ROIC (Return on Invested Capital) = EBIT/(estoques + clientes + imobilizado + intangível - fornecedores); ⁽³⁾ ROE (Return on Equity) = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido Inicial; pp = pontos percentuais.

3. DESEMPENHO DO SETOR DE ÔNIBUS NO BRASIL

A produção brasileira em 2015 alcançou 17.511 unidades, volume 38,4% inferior às 28.429 unidades produzidas em 2014. Pelo fato de ser um veículo vendido completo, o Volare não é computado na produção brasileira de carrocerias. Se considerada a produção desse tipo de veículo, a produção nacional seria de 19.367 unidades no ano, contra 32.841 unidades em 2014.

A demanda no mercado interno atingiu 13.352 unidades, queda de 45,8% em relação ao ano de 2014, enquanto que a produção destinada ao mercado externo foi de 4.159 unidades, 9,4% superior em relação às exportações do ano anterior.

O gráfico a seguir mostra a evolução dos últimos dez anos da produção brasileira de carrocerias de ônibus:



PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ÔNIBUS – TOTAL (em unidades)

PRODUTOS ⁽¹⁾	2011	2012	2013	2014	2015
Rodoviários	10.467	9.117	10.216	7.977	5.679
Urbanos	20.347	18.944	17.938	16.836	9.593
Micros	5.099	5.019	4.955	3.616	2.239
SUBTOTAL	35.913	33.080	33.109	28.429	17.511
Minis ⁽²⁾	76	-	-	-	-
TOTAL	35.989	33.080	33.109	28.429	17.511

Fontes: FABUS (Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus) e SIMEFRE (Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários).

Notas: ⁽¹⁾ Inclui as unidades exportadas em KD (desmontadas); ⁽²⁾ Os dados de produção dos Minis não incluem a produção de unidades integrais, tipo Volare.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ÔNIBUS – MERCADO INTERNO (em unidades)

PRODUTOS ⁽¹⁾	2011	2012	2013	2014	2015
Rodoviários	8.051	6.970	7.666	5.644	3.382
Urbanos	19.511	17.752	17.011	15.861	8.291
Micros	4.131	3.900	4.150	3.123	1.679
SUBTOTAL	31.693	28.622	28.827	24.628	13.352
Minis ⁽²⁾	68	-	-	-	-
TOTAL	31.761	28.622	28.827	24.628	13.352

Nota: Vide notas do quadro – Produção Brasileira de Ônibus – TOTAL.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ÔNIBUS – MERCADO EXTERNO (em unidades)

PRODUTOS ⁽¹⁾	2011	2012	2013	2014	2015
Rodoviários	2.416	2.147	2.550	2.333	2.297
Urbanos	836	1.192	927	975	1.302
Micros	968	1.119	805	493	560
SUBTOTAL	4.220	4.458	4.282	3.801	4.159
Minis ⁽²⁾	8	-	-	-	-
TOTAL	4.228	4.458	4.282	3.801	4.159

Nota: Vide notas do quadro – Produção Brasileira de Ônibus – TOTAL.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL DA MARCOPOLO

A atual conjuntura econômica e a instabilidade política do Brasil afetaram profundamente o segmento de bens de capital no país. Como consequência, o ano de 2015 foi de retração para a indústria de carrocerias de ônibus e trouxe grandes desafios para as empresas do setor. Para adequar-se ao cenário adverso, a Marcopolo implementou medidas visando à mitigação do impacto no quadro de pessoal e nos resultados operacionais.

Em relação aos colaboradores, a Companhia adotou planos de flexibilização da jornada de trabalho, férias coletivas e, a partir de janeiro de 2016, lay-off de até cinco meses na Marcopolo Rio, unidade especializada na produção de ônibus urbanos, situada em Duque de Caxias/RJ.

No âmbito operacional, a Marcopolo criou forças-tarefas para acelerar as atividades críticas que ajudem a Companhia a superar as dificuldades de um mercado interno ainda estagnado em um nível abaixo do histórico. A primeira delas foca no aumento das exportações através do fortalecimento da atuação nos mercados tradicionais da América Latina e também da cobertura de novos mercados e ampliação do portfólio de clientes no exterior. A segunda força-tarefa visa à melhora operacional através do encurtamento dos tempos de ciclo de produção, do aumento da eficiência e da otimização das unidades fabris. A terceira força-tarefa diz respeito às ações estruturadas, buscando a redução de despesas e custos indiretos.

No Volare, a menor demanda de veículos escolares provenientes do programa Caminho da Escola, bem como o atraso no pagamento do Governo Federal dos valores faturados através desse programa, afetaram os resultados do negócio. Em contrapartida, o crescimento de 44,3% no volume físico exportado e a redução dos recebíveis compensaram, em parte, o impacto nos resultados desse segmento.

No início do ano de 2015, a unidade Volare São Mateus/ES iniciou as atividades através da montagem de *kits* (CKDs) enviados de Caxias do Sul. Mesmo em um ano desafiador, o Volare lançou os modelos V8L RHD, V9L, WL Urbano e Access, contribuindo para aumentar a competitividade da marca no seu mercado de atuação. O lançamento do Volare Cinco está previsto para o primeiro semestre de 2016.

No segmento de urbanos, além do menor volume para o programa Caminho da Escola, os atrasos nos processos licitatórios em algumas cidades do país, o aumento do custo do financiamento para aquisição de ônibus e os atrasos em obras de mobilidade urbana foram fatores determinantes para a menor demanda no período.

No segmento de ônibus rodoviários, o ano foi caracterizado pela retração de 40,1% na demanda do mercado interno brasileiro em relação a 2014, e 55,9% se comparado com o ano de 2013. Os principais fatores que explicam essa queda foram o aumento do custo do financiamento, a retração do PIB brasileiro, que afetou o segmento de fretamento, e as incertezas em relação à regulamentação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros sob o regime de autorização, que só foi publicada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em junho de 2015.

Em relação ao programa Caminho da Escola, o último pregão foi realizado em dezembro de 2015. No total dos pregões eletrônicos em 2015, a Marcopolo habilitou-se a produzir e fornecer até 1.550 unidades. Entretanto, devido às restrições orçamentárias do Governo Federal, até a presente data não há definição pela aquisição dessas unidades. A Companhia segue engajada na busca pelo recebimento dos valores ainda em aberto referentes ao volume faturado entre os anos de 2014 e 2015 que, em 31.01.2016, totalizava R\$ 83,8 milhões.

Nas operações do exterior, o destaque foi a Volgren, na Austrália, que passou a colher os frutos da implementação do programa de transformação em suas unidades fabris e apresentou melhora nos resultados operacionais em relação a 2014. Na New Flyer Inc. (NFI), empresa na qual a Marcopolo detém participação societária de 19,97%, o destaque foi a aquisição da *Motor Coach Industries International* - MCI, maior produtor norte-americano de ônibus rodoviários, pelo valor de US\$ 455 milhões. A NFI anunciou ainda o aumento de 12,9% no valor dos dividendos por ação, passando de C\$ 0,62 para C\$ 0,70 ao ano a partir de 2016. Mais informações sobre o desempenho das coligadas e controladas da Marcopolo no exterior estão no item 16 desse relatório.

No segmento de ônibus, a Marcopolo lançou cinco novos modelos: o rodoviário Paradiso 1350, o intermunicipal Ideale, e os urbanos Torino Express (articulado), Torino *Low Entry* (piso baixo) e o Torino Motor Traseiro. Com esses lançamentos, a Companhia atende a praticamente todos os nichos de mercado no Brasil e no exterior, e busca estimular os clientes a promoverem a renovação de suas frotas por veículos mais eficientes, modernos, seguros e confortáveis. Desde 2008, a Marcopolo já promoveu o lançamento de mais de 100 novos modelos em todo o mundo.

A Marcopolo anunciou através de Fato Relevante divulgado em 03.11.2015, que o Conselho de Administração da Companhia aprovou a assinatura de uma carta de intenções, não vinculante, que tem por objetivo estabelecer as bases e os princípios para uma potencial incorporação da L&M, controladora direta da San Marino Ônibus Ltda. (Neobus). A Companhia segue no aguardo da obtenção da aprovação pelas autoridades de defesa de concorrência e da finalização do processo de *due diligence*.

Conforme Comunicado ao Mercado, divulgado no dia 25 de junho de 2015, o Conselho de Administração da Marcopolo anunciou a nomeação de Francisco Gomes Neto para o cargo de diretor geral da empresa. O executivo tomou posse no dia 10 de agosto e sucedeu a José Rubens de la Rosa. A mudança fez parte do processo de sucessão da Companhia, em curso desde 2013.

4.1 Unidades Registradas na Receita Líquida

Em 2015, foram registradas na receita líquida 11.170 unidades, sendo 8.907 no mercado interno, representando 79,7% do consolidado, e 2.263 unidades no mercado externo, representando os demais 20,3% do total, conforme apresentado na tabela a seguir:

OPERAÇÕES (em unidades)	2015	2014	Var. %
BRASIL			
- Mercado Interno	7.126	13.955	(48,9)
- Mercado Externo	1.915	1.916	(0,1)
SUBTOTAL	9.041	15.871	(43,0)
Eliminações KD's exportados ⁽¹⁾	134	311	(56,9)
TOTAL NO BRASIL	8.907	15.560	(42,8)
EXTERIOR			
- África do Sul	343	359	(4,5)
- Austrália	428	435	(1,6)
- México	1.492	1.619	(7,8)
TOTAL NO EXTERIOR	2.263	2.413	(6,2)
TOTAL GERAL	11.170	17.973	(37,9)

Nota: ⁽¹⁾ KD (Knock Down) = Carrocerias parcial ou totalmente desmontadas.

4.2 Produção

Em 2015, a produção consolidada da Marcopolo totalizou 11.072 unidades, 37,5% inferior às 17.713 fabricadas no exercício de 2014. Desse total, 79,6% foram produzidas no Brasil e as demais 20,4% no exterior. Os dados sobre a produção mundial da Marcopolo são apresentados nos quadros que seguem:

MARCOPOLO – PRODUÇÃO MUNDIAL CONSOLIDADA

OPERAÇÕES (em unidades)	2015	2014	Var. %
BRASIL ⁽¹⁾			
- Mercado Interno	7.052	13.709	(48,6)
- Mercado Externo	1.934	1.964	(1,5)
SUBTOTAL	8.986	15.673	(42,7)
Eliminações KD's exportados ⁽²⁾	168	336	(50,0)
TOTAL NO BRASIL	8.818	15.337	(42,5)
EXTERIOR			
- África do Sul	334	322	3,7
- Austrália	428	435	(1,6)
- México	1.492	1.619	(7,8)
TOTAL NO EXTERIOR	2.254	2.376	(5,1)
TOTAL GERAL	11.072	17.713	(37,5)

Notas: ⁽¹⁾ Inclui a produção do modelo Volare, bem como a produção da Marcopolo Rio (2.552 unidades em 2015 e 4.940 unidades em 2014); ⁽²⁾ KD (Knock Down) = Carrocerias parcial ou totalmente desmontadas.

MARCOPOLO – PRODUÇÃO MUNDIAL CONSOLIDADA POR MODELO

PRODUTOS/MERCADOS ⁽²⁾ (em unidades)	2015			2014		
	MI	ME ⁽¹⁾	TOTAL	MI	ME ⁽¹⁾	TOTAL
Rodoviários	2.032	1.149	3.181	3.334	1.253	4.587
Urbanos	2.999	2.403	5.402	5.369	2.353	7.722
Micros	419	214	633	770	222	992
SUBTOTAL	5.450	3.766	9.216	9.473	3.828	13.301
Volares ⁽³⁾	1.602	254	1.856	4.236	176	4.412
PRODUÇÃO TOTAL	7.052	4.020	11.072	13.709	4.004	17.713

Notas: ⁽¹⁾ Na produção total do ME estão incluídas as unidades exportadas em KD (carrocerias parcial ou totalmente desmontadas) que somaram, em 2015, 168 unidades, contra 336 unidades em 2014; ⁽²⁾ MI = Mercado Interno; ME = Mercado Externo; ⁽³⁾ A produção de Volares não faz parte dos dados do SIMEFRE e da FABUS, ou da produção do setor.

MARCOPOLO – PRODUÇÃO NO BRASIL

PRODUTOS/MERCADOS ⁽²⁾ (em unidades)	2015			2014		
	MI	ME ⁽¹⁾	TOTAL	MI	ME ⁽¹⁾	TOTAL
Rodoviários	2.032	1.094	3.126	3.334	1.213	4.547
Urbanos	2.999	372	3.371	5.369	353	5.722
Micros	419	214	633	770	222	992
SUBTOTAL	5.450	1.680	7.130	9.473	1.788	11.261
Volares ⁽³⁾	1.602	254	1.856	4.236	176	4.412
PRODUÇÃO TOTAL	7.052	1.934	8.986	13.709	1.964	15.673

Nota: Vide notas do quadro Produção Mundial Consolidada por Modelo.

4.3 Participação de Mercado

A Marcopolo manteve sua posição de liderança no mercado brasileiro, encerrando o ano com uma participação de 40,7%. A despeito da produção brasileira de ônibus ter recuado 38,4% em 2015, o *market share* geral da Companhia cresceu 1,1 ponto percentual em relação a 2014. A tabela abaixo destaca a participação de mercado da Marcopolo na produção brasileira por linha de produto.

PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO BRASILEIRA (%)

PRODUTOS ⁽¹⁾	2011	2012	2013	2014	2015
Rodoviários	61,5	58,9	56,0	57,0	55,0
Urbanos	35,1	34,6	34,7	34,0	35,1
Micros	22,4	22,8	24,9	27,4	28,3
TOTAL ⁽²⁾	40,9	39,5	39,8	39,6	40,7

Fonte: FABUS e SIMEFRE

Notas: ⁽¹⁾ Inclui 100,0% da Marcopolo Rio; ⁽²⁾ O Volare não está computado para efeito de participação no mercado.

5. RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 2.739,1 milhões em 2015, 19,4% abaixo dos R\$ 3.400,2 milhões do exercício de 2014. O resultado foi parcialmente compensado com o aumento de 51,7% nas receitas de exportações, impulsionada pela desvalorização de 47,0% do real frente ao dólar americano em 2015.

As vendas para o mercado interno geraram receitas de R\$ 1.263,5 milhões ou 46,1% da receita líquida total (66,2% em 2014). As exportações, somadas aos negócios no exterior, atingiram a receita de R\$ 1.475,6 milhões ou 53,9% do total. As receitas por produto e mercado de destino são apresentadas na tabela abaixo:

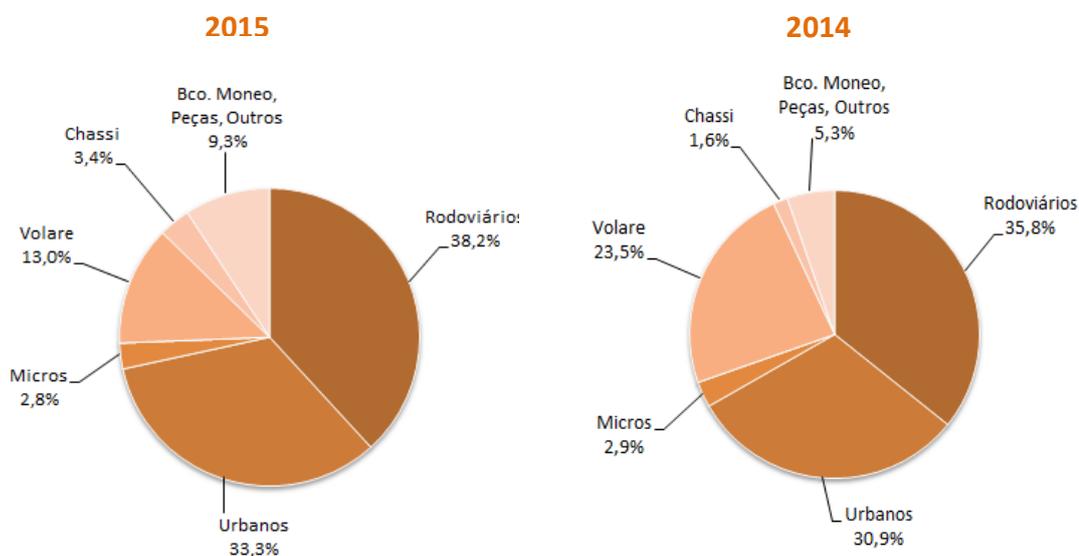
RECEITA LÍQUIDA TOTAL CONSOLIDADA POR PRODUTOS E MERCADOS (R\$ milhões)

PRODUTOS/MERCADOS ⁽¹⁾	2015			2014		
	MI	ME	TOTAL	MI	ME	TOTAL
Rodoviários	469,5	577,8	1.047,3	701,4	515,1	1.216,5
Urbanos	313,6	599,6	913,2	597,9	453,6	1.051,5
Micros	45,3	31,6	76,9	77,6	20,8	98,4
Subtotal carrocerias	828,4	1.209,0	2.037,4	1.376,9	989,5	2.366,4
Volares ⁽²⁾	306,1	49,4	355,5	769,0	29,7	798,7
Chassi	27,2	66,4	93,6	19,7	35,1	54,8
Bco. Moneo, Peças, Outros	101,8	150,8	252,6	86,4	93,9	180,3
TOTAL GERAL	1.263,5	1.475,6	2.739,1	2.252,0	1.148,2	3.400,2

Nota: ⁽¹⁾ MI = Mercado Interno; ME = Mercado Externo; ⁽²⁾ A receita dos Volares inclui os chassis.

Do total da receita líquida consolidada de 2015, 74,3% originou-se das vendas de carrocerias, 13,0% da comercialização de Volares, e 12,7% das receitas de peças, do Banco Moneo e de chassis.

Os gráficos abaixo mostram mais detalhadamente a origem da receita consolidada por linha de produtos (em %):



6. RESULTADO BRUTO E MARGENS

Em 2015, o lucro bruto totalizou R\$ 476,0 milhões, representando 17,4% da receita líquida. Apesar da queda na produção total e do *mix* mais leve de produtos destinados ao mercado interno brasileiro, a margem bruta manteve-se estável quando comparada à margem do ano anterior. Isso é reflexo da maior contribuição das exportações na receita consolidada, cujas margens estão sendo beneficiadas pela desvalorização cambial do real em relação ao dólar americano, e das ações da Companhia para mitigar os efeitos da retração do mercado interno em seus resultados operacionais.

7. DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas somaram R\$ 164,8 milhões em 2015, ou 6,0% da receita líquida, contra R\$ 196,4 milhões, ou 5,8% da receita, em 2014. A redução do valor absoluto decorre basicamente do menor volume de comissões pela diminuição das vendas.

8. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 158,5 milhões em 2015 e R\$ 171,3 milhões em 2014, representando 5,8% e 5,0% da receita líquida, respectivamente. A redução do valor absoluto foi decorrente da reestruturação interna nas áreas administrativas e da menor despesa com o Programa de Transformação na Volgren, Austrália. Já a relação percentual maior deve-se a menor receita.

9. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Em 2015, foram contabilizados R\$ 19,6 milhões como “Outras Despesas Operacionais”. Esse valor advém de despesas e provisões para indenizações trabalhistas no valor de R\$ 16,4 milhões, decorrentes das reestruturações internas nas áreas indiretas e administrativas.

10. RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O resultado da equivalência patrimonial em 2015 foi positivo em R\$ 33,0 milhões, contra R\$ 35,3 milhões também positivos em 2014. As maiores contribuições são oriundas da New Flyer Industries Inc. (R\$ 45,9 milhões), controlada direta da Marcopolo Canadá Holdings Corp., e da Metalpar/Metalsur (R\$ 18,4 milhões). Em contrapartida, a MVC – Componentes Plásticos Ltda. – trouxe um resultado negativo não caixa de R\$ 35,7 milhões. Cabe esclarecer que a Marcopolo detém uma participação minoritária de 26,0% na MVC e não participa da gestão da empresa. O resultado da equivalência patrimonial é apresentado detalhadamente na Nota Explicativa nº 11 às Demonstrações Financeiras.

11. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido de 2015 foi negativo em R\$ 38,4 milhões, contra um resultado positivo de R\$ 11,1 milhões em 2014. Esse resultado é decorrente da variação cambial sobre o passivo em moeda norte americana. A abertura do resultado financeiro é apresentada detalhadamente na Nota Explicativa nº 26 às Demonstrações Financeiras.

12. EBITDA

O *EBITDA* alcançou R\$ 212,5 milhões em 2015, com margem de 7,8%, contra R\$ 306,4 milhões e margem de 9,0% em 2014. A retração na margem é reflexo da menor demanda e do *mix* mais leve de produtos destinados ao mercado interno brasileiro, somado à maior dificuldade de repasses de preços. Além disso, o *EBITDA* foi impactado pelo resultado negativo não caixa reportado via equivalência patrimonial da coligada MVC – Componentes Plásticos Ltda. – e pelas despesas e provisões mencionadas no item 9 – “Outras Despesas Operacionais”. A tabela abaixo destaca as contas que compõem o *EBITDA*:

(R\$ milhões)	2015	2014
Resultado antes de IR e CS	127,7	276,4
Receitas Financeiras	(449,1)	(240,2)
Despesas Financeiras	487,5	229,1
Depreciações / Amortizações	46,4	41,1
EBITDA	212,5	306,4

13. LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido de 2015 atingiu R\$ 89,1 milhões, com margem líquida de 3,3%. Esse resultado é explicado pelos fatores mencionados no *EBITDA* e pela maior despesa financeira resultante da variação cambial sobre o passivo em dólar americano.

14. ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO

O endividamento financeiro líquido totalizava R\$ 1.110,6 milhões em 31.12.2015 (R\$ 1.197,3 milhões em 31.12.2014). Desse total, R\$ 700,0 milhões eram provenientes do segmento financeiro, enquanto que o segmento industrial apresentou passivo líquido de R\$ 410,6 milhões.

Cabe ressaltar que o endividamento do segmento financeiro provém da consolidação das atividades do Banco Moneo e deve ser analisado separadamente, uma vez que possui características distintas daquele proveniente das atividades industriais da Companhia. O passivo financeiro do Banco Moneo tem como contrapartida a conta de “Clientes” no Ativo do Banco. O risco de crédito está devidamente provisionado. Por se tratar de repasses do FINAME, cada desembolso oriundo do BNDES tem exata contrapartida na conta de recebíveis de clientes do Banco Moneo, tanto em prazo como em taxa fixa. Vide Nota Explicativa 28 às Demonstrações Financeiras.

Em 31 de dezembro, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,9x o *EBITDA* dos últimos 12 meses.

15. GERAÇÃO DE CAIXA

Em 2015, as atividades operacionais geraram recursos de R\$ 491,2 milhões. As atividades de investimentos demandaram R\$ 127,6 milhões, enquanto que as atividades de financiamento geraram R\$ 93,3 milhões, sendo R\$ 177,4 milhões líquidos de captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos, R\$ 86,9 milhões consumidos no pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio e R\$ 2,8 milhões referentes ao saldo de ações em tesouraria. Como resultado, o saldo inicial de caixa de R\$ 642,6 milhões, somando R\$ 31,5 milhões de variação cambial sobre o caixa, aumentou para R\$ 1.131,2 milhões ao final do ano. Considerando as aplicações financeiras, o saldo de caixa em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 1.365,2 milhões. A demonstração dos fluxos de caixa dos segmentos industrial e financeiro é apresentada detalhadamente na Nota Explicativa 29 às Demonstrações Financeiras.

16. DESEMPENHO DAS CONTROLADAS E COLIGADAS

16.1 Controladas no exterior

Em 2015, as unidades controladas no exterior produziram 2.254 unidades. Esse volume representou 20,4% da produção consolidada da Marcopolo. Abaixo estão descritos os principais destaques das controladas no exterior:

MARCOPOLO CHINA (MAC) – Localizada na cidade de Jiangyin, a Marcopolo China conta com uma área de *sourcing*, de produção de peças, componentes e de carrocerias de ônibus desmontadas, bem como de produção de ônibus em PKD para a exportação. A MAC possui uma relevância estratégica de inserção da marca Marcopolo na Ásia e Oceania, e já possui uma base de relacionamento com clientes na Malásia, Myanmar, Hong Kong, Rússia, Paquistão, Austrália, entre outros.

MARCOPOLO SOUTH AFRICA (MASA) – Em 2015, a MASA, localizada em Johannesburgo, produziu 334 unidades, crescimento de 3,7% em relação a 2014. A produção estimada da MASA para 2016, tanto para o mercado da África do Sul como para exportações para outros países africanos, está em linha com o que foi realizado em 2015.

POLOMEX – Localizada em Monterrey, México, a Polomex produziu 1.492 unidades em 2015. Ainda que não haja a expectativa de crescimento do mercado de ônibus em 2016, a Companhia estima ganhar *market share*, especialmente no segmento de rodoviários, tanto através da continuidade da parceria com a Mercedes, como também pelas novas oportunidades de encarroçar com outras marcas de chassis.

VOLGREN – Sediada em Melbourne – Austrália, a Volgren produziu 428 unidades em 2015, em linha com o orçamento projetado para o ano. A Companhia registrou melhora da eficiência operacional de cerca de 30,0% em relação ao ano anterior, fruto da implementação do Programa de Transformação em vigor desde 2014. Para 2016, a Volgren segue engajada na melhora dos resultados e na redução de custos fixos. A expectativa é de um mercado levemente superior a 2015 e de que a Companhia

mantenha sua liderança no mercado australiano com participação de aproximadamente 40,0%.

16.2 Coligadas no exterior

GB POLO – A *joint venture* da Marcopolo no Egito, localizada na cidade de Suez, produziu 1.190 unidades em 2015. Ainda assim, os resultados operacionais da Companhia seguem aquém do esperado. Em meados de 2015, a Marcopolo assumiu a gestão da *joint venture* e desde então vem implementando uma reestruturação na empresa, com foco no aumento da eficiência e redução dos custos fixos. Já em 2016, a GB Polo saiu vencedora em duas licitações para as cidades do Cairo (150 unidades) e Alexandria (90 unidades). Através da presença no Egito está viabilizando a venda de produtos exportados em PKD desde o Brasil.

METALPAR/METALSUR – A produção total da Metalpar e da Metalsur, localizadas na Argentina, totalizou 1.886 unidades em 2015. O segmento de urbanos, atendido pela Metalpar, foi beneficiado pelas novas regras de utilização de ônibus com ar condicionado na província de Buenos Aires, que impulsionou a renovação da frota por veículos de maior valor agregado. A limitação das importações de ônibus na Argentina, em vigor até dezembro de 2015, também beneficiou o desempenho da Metalsur. A expectativa é positiva para 2016 e ambas as empresas estão com bons volumes na carteira de pedidos. A Metalsur lançará um novo modelo de *Double Decker* em 2016.

NEW FLYER (NFI) – A New Flyer Industries Inc., empresa na qual a Marcopolo possui participação acionária de 19,97%, é o principal fabricante de ônibus urbanos nos Estados Unidos e Canadá. Sediada em Winnipeg, Canadá, a companhia é líder em tecnologia e oferece a mais ampla linha de produtos, incluindo veículos movidos a diesel limpo, gás natural, híbrido diesel-elétrico e elétricos. Em dezembro de 2015, a New Flyer adquiriu a Motor Coach Industries International - MCI, maior produtor norte-americano de ônibus rodoviários, pelo valor de US\$ 455,0 milhões. Com essa aquisição, a New flyer, que já era líder de mercado no segmento urbano, passa também a ser líder no segmento de ônibus rodoviários nos Estados Unidos e Canadá.

SUPERPOLO – Localizada na Colômbia, a Superpolo produziu 1.542 unidades em 2015. No início de 2016, a Superpolo lançou o novo modelo do Senior, que possibilitará a ampliação do *share* no segmento de micro-ônibus. A Superpolo busca, ainda, ampliar sua presença no mercado de exportações, especialmente para países da Comunidade Andina.

TATA MARCOPOLO MOTORS (TMML) – Em 2015, a produção consolidada da TMML atingiu 11.655 unidades. Para 2016, o foco da TMML seguirá sendo na melhora da performance e consequentemente de seus resultados operacionais. Com o lançamento do modelo Audace, a TMML buscará ganhar participação de mercado no segmento MCV – *medium commercial vehicles*.

16.3 Banco Moneo

As atividades do Banco Moneo S.A. iniciaram em julho de 2005 com a finalidade de financiar os produtos da Marcopolo. O Banco está autorizado a atuar nas carteiras de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento. Em 2015, o lucro do banco foi de R\$ 18,8 milhões. As operações de crédito e avais totalizavam, em 31.12.2015, R\$ 925,9 milhões, contra R\$ 932,8 milhões em 31.12.2014. O Banco manteve a política de priorizar a qualidade da sua carteira de crédito, por meio de um rigoroso sistema de avaliação e aprovação de crédito.

17. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Marcopolo procura adotar as melhores práticas de Governança Corporativa, seguindo os princípios da transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa. As ações estão listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa desde 2002. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no seu Estatuto Social.

A gestão da Marcopolo é formalizada com base na distinção entre as funções e responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e da Diretoria. O Conselho de Administração é constituído por sete membros, dos quais quatro são externos e independentes, sendo um eleito pelos acionistas minoritários, um pelos acionistas detentores de ações preferenciais e outros dois pelos controladores. O Presidente do Conselho de Administração não participa da Diretoria. O Conselho de Administração conta, em caráter permanente, com um comitê técnico consultivo, estatutário, denominado Comitê Executivo, que auxilia, opina e apoia na condução dos negócios. As competências de cada um desses órgãos estão definidas no Estatuto Social da Companhia. Além disso, para auxiliar, opinar e apoiar na condução dos negócios, o Conselho de Administração conta ainda com os seguintes Comitês: (i) Auditoria e Riscos; (ii) Recursos Humanos e Ética; e (iii) Estratégia e Inovação. As funções de cada um desses Comitês de apoio podem ser encontradas no site da Companhia: <http://ri.marcopolo.com.br>, no menu Governança Corporativa/Regimento Interno dos Comitês.

A Companhia conta também com um Conselho Fiscal, composto de três membros, um indicado pelos acionistas minoritários, um pelos acionistas detentores de ações preferenciais e um pelos controladores. As competências de cada órgão estão definidas no Estatuto Social da Companhia.

A Companhia dispensa tratamento justo e igualitário a todos os minoritários, sejam do capital ou das demais partes interessadas (*stakeholders*). Na divulgação de informações, utiliza elevados padrões de transparência, buscando estabelecer um clima de confiança, tanto internamente, quanto nas relações da empresa com terceiros. Para atender dispositivos legais e aprimorar as informações prestadas ao mercado em geral e aos acionistas estrangeiros em particular, as Demonstrações Financeiras são divulgadas conforme padrões estabelecidos pelo IFRS - *International Financial Reporting Standard*. Em 2015, a Companhia realizou reuniões com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC) em São Paulo e Porto Alegre, bem como *non-deal road shows* no Brasil e no

exterior. O relacionamento da Marcopolo com seus acionistas e potenciais investidores é feito pela área de Relações com Investidores. Em 2015, foram recebidos analistas do país e do exterior e realizados inúmeros contatos telefônicos. O *website* da área de Relações com Investidores da Marcopolo (<http://ri.marcopolo.com.br>) possui conteúdo atualizado para atender ao público investidor.

18. PRÁTICAS DE COMPLIANCE

A Marcopolo, em complemento às boas práticas de governança e gestão de riscos, implementou ainda em 2014 a área de *compliance*, cuja estrutura contempla: um Comitê Consultivo formado pelos diretores estatutários, pelo presidente do Conselho de Administração e pelo gerente jurídico; um *Compliance Officer*; um analista de *compliance*; e agentes internos. A Companhia revisou seu Código de Conduta para incluir as disposições de integridade, treinou todos os colaboradores e representantes, intensificou os canais internos e externos para comunicação e denúncias, criou uma política de integridade, passou a incluir cláusulas de *compliance* em todos os contratos firmados pela companhia, realiza *due-dilligence* de integridade em parceiros e terceiros, dentre outras práticas. Além disso, a equipe de *compliance* tem participado de eventos externos de treinamento e *benchmarking*.

19. AUDITORES INDEPENDENTES

19.1 Troca de Auditores Independentes

Em 2012, a Companhia realizou o rodízio de seus auditores, contratando a KPMG Auditores Independentes, com sede em Porto Alegre, RS, Av. Borges de Medeiros, 2.233, 8º andar, em substituição à PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes.

19.2 Instrução CVM 381/03

Em atendimento à Instrução CVM 381/03, incisos I a IV do artigo 2º, a Marcopolo informa que a prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia não realizou outros serviços não relacionados à auditoria que representaram mais de 5,0% dos honorários de auditoria durante o exercício de 2015.

20. MERCADO DE CAPITAIS

20.1 Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 1,2 bilhão dividido em 896.900.084 ações, sendo 341.625.744 ações ordinárias (38,1%) e 555.274.340 ações preferenciais (61,9%), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

20.2 Desempenho das Ações Marcopolo na BM&FBovespa

Em 2015, foram realizadas 1.407,2 mil transações com ações da Marcopolo e negociadas 1.065,8 milhões de ações. As negociações com ações de emissão da Marcopolo movimentaram R\$ 2,5 bilhões no ano. A participação de investidores estrangeiros no capital social da Marcopolo totalizava, em 31.12.2015, 58,9% das ações preferenciais e 39,8% do capital social total.

A tabela a seguir demonstra a evolução dos principais indicadores relacionados ao mercado de capitais:

INDICADORES	2015	2014
Número de transações (milhares)	1.407,2	1.578,2
Ações Negociadas (milhões)	1.065,8	918,2
Valor transacionado (R\$ milhões)	2.497,8	3.923,5
Valor de mercado (R\$ milhões) ⁽¹⁾⁽²⁾	1.659,3	2.963,0
Valor patrimonial por ação (R\$)	2,04	1,83
Cotação POMO4 (Último dia útil)	1,85	3,33
Juros sobre o Capital Próprio e dividendos por ação (R\$/ação)	0,048	0,110

Notas: ⁽¹⁾ Cotação da última transação do período da ação Preferencial Escritural (PE), multiplicado pelo total das ações (OE+PE), no mesmo período. ⁽²⁾ Desse total, 5.923.969 ações preferenciais encontravam-se em tesouraria em 31.12.2015.

21. DIVIDENDOS/JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 23 de fevereiro de 2015, foi aprovado o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio (JCP) relativos aos primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2015, no valor total de R\$ 0,0243 por ação. Em função do momento de instabilidade econômica e política do Brasil, da retração do mercado de ônibus no país, bem como pela priorização da manutenção do caixa da empresa, o Conselho de Administração da Marcopolo, em reuniões realizadas em 18 de setembro e 03 de novembro de 2015, deliberou pelo cancelamento do crédito e pagamento dos JCP relativo à 3ª etapa 2015, e do pagamento dos JCP relativo à 4ª etapa 2015. Por fim, em função da continuidade do cenário adverso, o Conselho de Administração decidiu, em reunião realizada no dia 19 de fevereiro de 2016, pela não distribuição de dividendos complementares relativos ao exercício de 2015, bem como pela suspensão do programa de pagamento de juros sobre o capital próprio em 2016.

O valor total distribuído a título de JCP relativo à primeira e segunda etapa de 2015 somou R\$ 43,3 milhões, equivalentes a 49,8% do lucro líquido ajustado da Companhia e representando um *yield* (dividendo por ação / cotação da ação ao final do exercício) de 2,6%.

22. INVESTIMENTOS/IMOBILIZAÇÕES

Em 2015, a Marcopolo investiu R\$ 156,2 milhões, dos quais R\$ 20,9 milhões foram despendidos na controladora e aplicados em: R\$ 11,3 milhões em máquinas e equipamentos; R\$ 2,3 milhões em prédios e benfeitorias; R\$ 2,7 milhões em equipamentos de informática e *softwares* e R\$ 4,6 milhões em outras imobilizações. Nas controladas, foram investidos R\$ 124,3 milhões na Volare Espírito Santo; R\$ 4,3

milhões na Marcopolo Rio; R\$ 1,1 milhão na Polomex; R\$ 1,5 milhão na Volgren e R\$ 4,1 milhões nas demais unidades. O saldo líquido dos investimentos nas controladas, descontados os R\$ 28,6 milhões recebidos a título de dividendos, foi de R\$ 127,6 milhões.

23. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Com a busca constante das melhores práticas, a Marcopolo visa o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias e da sociedade como um todo. O Sistema Marcopolo de Produção Solidária (SIMPS) promove o desenvolvimento industrial para o crescimento, liderança de mercado, produtividade, qualidade, melhoria do ambiente de trabalho e rentabilidade dos produtos e serviços. O sistema proporciona condições para melhorar continuamente a qualidade de seus produtos, processos e serviços, controlando os perigos para o meio ambiente e para a saúde e segurança dos colaboradores, eliminando os desperdícios onde quer que eles estejam ocorrendo, mantendo uma cadeia totalmente integrada. A Marcopolo permanece certificada nas normas internacionais de gestão ISO 14001 - Meio Ambiente, ISO 9001 – Qualidade e OHSAS 18001 – Saúde e Segurança.

23.1 Responsabilidade Social

A Marcopolo e seus colaboradores desenvolvem a responsabilidade social sob a coordenação da Fundação Marcopolo. Dentre os projetos voltados para a comunidade, destaca-se o Projeto Escolas, que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento do ambiente educacional, das relações da comunidade escolar e da formação para a cidadania. O Projeto Escolas oportuniza atividades diversificadas em turno complementar ao da escola, tais como musicalização, coral, orquestra, oficina de reciclagem entre outros. A Fundação Marcopolo também realiza contribuições mensais para instituições da comunidade na área de saúde e educação.

A Marcopolo, o Banco Moneo e a Marcopolo Rio utilizam incentivos fiscais em prol das crianças e adolescentes das comunidades onde as empresas estão presentes. A destinação de 1,0% do Imposto de Renda para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente das cidades de Caxias do Sul (RS) e Duque de Caxias (RJ), gera benefícios em projetos de profissionalização para cerca de 1.500 jovens em situação de risco social e pessoal. A Fundação Marcopolo também estimula e facilita, através do Projeto Destine Você Também, a destinação de 6,0% através do Imposto de Renda Devido Pessoa Física de seus colaboradores para os referidos Fundos Municipais.

Por meio da Lei Rouanet, apoia-se projetos que estimulam o desenvolvimento cognitivo de cerca de duas mil crianças e adolescentes. O esporte também é apoiado através da Lei de Incentivo ao Esporte, beneficiando em torno de mil crianças e adolescentes. Na unidade de Caxias do Sul, por meio da Lei de Incentivo à Cultura (LIC) Municipal, incentiva-se a leitura para toda a rede municipal de ensino. As Leis de incentivo à Saúde (PRONON e PRONAS) também são utilizadas, beneficiando em especial o Hospital Geral e a APAE de Caxias do Sul.

23.2 Satisfação dos Colaboradores

A satisfação dos colaboradores da empresa é medida por meio da Pesquisa Interna de Clima Organizacional, que ocorre a cada dois anos. A última pesquisa foi realizada em 2014, obtendo 66,0% como média de satisfação para as unidades de Caxias do Sul, e 74,0% para o Rio de Janeiro. O plano de ação foi formatado a partir de sugestões originadas de grupos com os colaboradores e está em execução. A empresa também disponibiliza canais de ouvidoria internos e externos para que os colaboradores possam enviar comentários, críticas, ideias e sugestões sobre os diversos assuntos que envolvem o seu trabalho, além da rede de comunicação ViaPolo, que inclui enquetes na Intranet sobre temas específicos. Os canais de ouvidoria incluem assuntos relacionados com as diretrizes do Código de Conduta e com as normas de *Compliance*, com segregação específica para denúncias.

23.3 Educação e Treinamento

Alinhada às estratégias organizacionais e à busca do crescimento profissional, a Marcopolo investe na qualificação constante de seus colaboradores. Com essa premissa, em 2015 foram oferecidos cursos focados na qualidade, produtividade e melhoria dos processos, o que resultou em uma média de 70,54 horas por colaborador.

Na Unidade Ana Rech, a Marcopolo conta com um Centro de Treinamento, que é referência na qualificação e atualização profissional de seus Colaboradores. Aproveitando essa infraestrutura, também são oferecidos treinamentos aos clientes, além daqueles realizados nas oficinas e representações mais próximas da sua localidade. O ano de 2015 totalizou 1.264 participantes do mercado interno e 435 participantes do mercado externo.

Já a Escola de Formação Profissional Marcopolo (EFPM) manteve seus cursos de aprendizagem industrial para jovens em parceria com o SENAI, com a Universidade de Caxias do Sul e com a Fundação de Assistência Social (FAS). A EFPM tem como uma de suas funções principais a preparação de jovens para a inserção no mercado de trabalho, mediante o primeiro emprego remunerado e acesso ao plano de carreira da empresa.

A Escola de Liderança teve como foco o desenvolvimento de competências para a gestão das equipes, o relacionamento interpessoal e o *feedback* para a melhoria do desempenho dos colaboradores.

A empresa também manteve seu Programa de Incentivo à Educação, com a concessão de bolsas de estudo para os níveis de ensino médio, cursos técnicos, graduação e pós-graduação, além de idiomas estrangeiros.

23.4 Qualidade de Vida

Os programas de qualidade de vida destinados aos colaboradores e suas famílias são coordenados pela Fundação Marcopolo, incluindo atividades de educação, lazer, cultura e esportes. As unidades de Ana Rech e Planalto, em Caxias do Sul (RS), e Marcopolo Rio, no Rio de Janeiro (RJ), contam com a estrutura própria para utilização dos colaboradores e seus familiares.

23.5 Meio Ambiente

O engajamento da empresa com seus programas voltados às questões ambientais é um compromisso permanente. A Marcopolo investe continuamente em novas tecnologias para minimizar e controlar os impactos ambientais das atividades. Em 2015, a Companhia recebeu o certificado Perfil Energia+Limpa por ter deixado de emitir gases de efeito estufa (1.552 toneladas de CO₂ em 2014), por intermédio da compra de energia renovável no Ambiente de Contratação Livre.

23.6 Remuneração

A remuneração dos colaboradores é composta de uma parte fixa, vinculada às competências e habilidades, e uma parte variável, resultante do atingimento das metas do Programa de Participação nos Resultados. Periodicamente, são realizadas pesquisas salariais que permitem avaliar se os valores pagos aos colaboradores estão dentro dos padrões regionais, permitindo que a empresa mantenha a competitividade no mercado de trabalho.

23.7 Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

O Regulamento do Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações foi aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 22 de dezembro de 2005, alterado pela AGO/E de 23 de março de 2006 e pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas nos anos de 2006, 2007, 2011, 2012 e 2013. O plano, cujos participantes são os executivos da Companhia e de suas controladas (exceto os diretores controladores), tem como principais objetivos: (i) alinhar os interesses dos participantes aos dos acionistas; (ii) comprometer os participantes com os resultados de curto, médio e longo prazos da empresa; (iii) incentivar e estimular o sentimento de propriedade; e (iv) atrair e reter talentos. O Plano é monitorado pelo Comitê de RH e Ética e aprovado pelo Conselho de Administração.

A empresa também possui um Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas, proposto pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2015 e aprovado pela Assembleia Geral em 26 de março de 2015. O plano tem por objetivo compor o pacote de remuneração dos principais executivos da companhia, manter a competitividade com o mercado, atrair e reter os melhores profissionais e alinhar os interesses dos executivos e acionistas.

24. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O montante global anual da remuneração fixa é estabelecido pela Assembleia Geral e distribuído entre os administradores pelo Conselho de Administração. A maior remuneração anual individual do Conselho de Administração/Comitê Executivo somou R\$ 3.609,0 mil em 2015, a remuneração média foi de R\$ 1.107,3 mil e a menor foi de R\$ 377,0 mil. Na diretoria estatutária, a maior remuneração individual foi de R\$ 1.914,6 mil em 2015, a média foi de R\$ 2.268,8 mil e a menor foi de R\$ 1.846,5 mil. A remuneração média da diretoria estatutária foi superior à maior remuneração, porque, de acordo com orientações da CVM, no valor médio foi incluída a

remuneração de todos os diretores, inclusive daqueles que exerceram seus cargos por menos de doze meses e já deixaram a Companhia e que, neste caso, recebiam remuneração superior aos demais membros da diretoria. No Conselho Fiscal, a maior remuneração individual foi de R\$ 215,8 mil em 2015, a média foi de R\$ 186,3 mil e a menor foi de R\$ 171,6 mil.

25. QUADRO DE PESSOAL

Nº COLABORADORES	2015	2014	2013	2012	2011
Controladora	6.236	7.883	8.158	8.204	8.719
Controladas no Brasil	1.369	2.776	2.554	2.617	3.001
Controladas no Exterior	1.666	1.889	2.105	1.680	1.052
Coligadas	3.200	4.270	5.699	3.834	4.451
TOTAL ⁽¹⁾	12.471	16.818	18.516	16.335	17.223
TOTAL GERAL ⁽²⁾	16.125	21.435	21.002	20.508	21.993

Notas: ⁽¹⁾ Inclui colaboradores das controladas/coligadas na proporção da participação societária; ⁽²⁾ Referente à participação total nas controladas/coligadas.

26. PERSPECTIVAS PARA 2016

O ano de 2016 inicia ainda impactado pela instabilidade política e econômica no Brasil, trazendo reflexos diretos para a indústria de bens de capital. Conforme já mencionado no item 4 desse relatório, a Marcopolo segue engajada na adoção de três forças-tarefas para acelerar as atividades críticas que ajudem a Companhia a superar as dificuldades advindas de um mercado interno ainda estagnado em um nível bem abaixo do histórico. As ações incluem o fortalecimento da atuação nos mercados de exportação e ampliação do portfólio de clientes, medidas para a redução de despesas e custos indiretos, e do aumento da eficiência operacional através da adoção dos conceitos *LEAN*, além da melhoria do capital de giro pela redução de estoques e recebíveis.

Adicionalmente, a Companhia vem adotando desde o início de 2015 todas as medidas legais possíveis para mitigar o impacto da menor demanda no quadro de colaboradores, como férias seletivas, férias coletivas, feriados prolongados com compensação de horas e flexibilização de jornada. Em janeiro deste ano, a Marcopolo adotou férias seletivas na unidade Ana Rech, em Caxias do Sul, mantendo operativa somente a linha de produção de veículos urbanos. Na Marcopolo Rio, situada em Duque de Caxias/RJ, a suspensão temporária dos contratos de trabalho para qualificação profissional lay-off, foi aprovada pelos colaboradores ainda em novembro de 2015 e implementada a partir de janeiro por período previsto de até cinco meses. Tal medida poderá ser cancelada de forma antecipada caso as circunstâncias permitam a retomada do volume de produção. Os colaboradores definidos pela Companhia tiveram os contratos de trabalho suspensos e estão participando de cursos ou programas de qualificação profissional.

Embora a carteira de pedidos para o mercado interno siga abaixo do nível normal, as eleições municipais em outubro, os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, o repasse de tarifas de ônibus em algumas das principais cidades brasileiras e a definição das regras de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES) via FINAME TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) poderão impulsionar a retomada de pedidos ao longo do ano.

As exportações a partir do Brasil seguem aquecidas, impulsionadas principalmente pela taxa de câmbio mais competitiva. As ações da Companhia visando à cobertura de novos mercados e à ampliação do portfólio de clientes no exterior já trazem reflexo nos negócios fechados e naqueles em andamento, permitindo vislumbrar um ano de 2016 mais favorável para as exportações. A meta interna para 2016 é superar em pelo menos 30,0% a receita em dólar das exportações em relação a 2015.

Pelo lado do financiamento, o BNDES publicou no final de dezembro a nova modalidade de financiamento de bens de capital. A partir de fevereiro de 2016, o FINAME TJLP voltou a vigorar em substituição ao FINAME PSI. Com a nova modalidade, micro, pequenas e médias empresas poderão financiar até 80,0% do bem com o custo de TJLP mais 1,6% a.a. mais o *spread* do banco repassador. Para grandes empresas, também poderão financiar até 80,0%, sendo que, desse total, 70,0% via TJLP mais 2,0% a.a. e 30,0% atrelado à taxa SELIC mais 2,48% a.a., acrescido do *spread* do banco repassador. E ainda, a Caixa Econômica Federal, juntamente com o Ministério das Cidades, utilizando recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), disponibilizaram a linha Pró-Transporte para o financiamento de projetos de mobilidade urbana e aquisições de ônibus, com taxa mais competitiva de 9,0% a.a. mais TR (Taxa Referencial).

Em relação às unidades controladas da Marcopolo no exterior, a Companhia espera um ano melhor na Austrália, onde o programa de transformação está refletindo na melhora da eficiência operacional, e no México, onde há uma expectativa de ganho de *market share* através da continuidade da parceria com a Mercedes, e também pelas novas oportunidades de encarregar com outras marcas de chassis.

Apesar das dificuldades advindas do momento político e econômico brasileiro, a Companhia segue acreditando na necessidade de investimentos em sistemas de mobilidade urbana e na renovação da frota brasileira de ônibus. Acredita também que a retração da demanda em 2015 e nesse início de 2016 representa um represamento de pedidos que deverá se reverter em novos negócios assim que as condições econômicas e políticas do país permitirem.

27. AGRADECIMENTOS

A Marcopolo sente-se honrada em agradecer aos clientes, fornecedores, representantes, acionistas, instituições financeiras, órgãos governamentais, comunidade e, em especial, aos colaboradores pelo esforço, dedicação e comprometimento dispensados para superar esse momento de grandes desafios.

A Administração.

Marcopolo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Marcopolo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	923.243	433.561	1.131.162	642.615	Fornecedores		163.337	208.810	249.138	286.709
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	7	184.866	241.786	184.866	241.786	Empréstimos e financiamentos	15	582.682	67.013	965.139	419.734
Instrumentos financeiros derivativos	5 e 7	329	-	1.803	1.088	Instrumentos financeiros derivativos	5 e 7	174	1.939	921	1.942
Contas a receber de clientes	8	551.232	695.187	1.032.600	1.150.598	Salários e férias a pagar		55.752	73.099	78.803	98.629
Estoques	9	226.532	277.201	437.774	467.522	Impostos e contribuições a recolher		26.624	21.854	62.817	52.063
Impostos e contribuições a recuperar	10	73.341	57.709	118.386	80.218	Adiantamentos de clientes		44.337	17.296	64.193	31.240
Outras contas a receber		32.725	26.734	82.328	84.238	Representantes comissionados		39.437	31.245	45.386	36.360
		<u>1.992.268</u>	<u>1.732.178</u>	<u>2.988.919</u>	<u>2.668.065</u>	Juros sobre capital próprio e dividendos	20	-	6.046	-	6.046
						Participação dos administradores		6.720	6.658	6.720	6.658
						Outras contas a pagar		56.929	45.759	119.057	90.348
								<u>975.992</u>	<u>479.719</u>	<u>1.592.174</u>	<u>1.029.729</u>
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	15	937.049	1.120.317	1.509.707	1.691.191
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	7	114.878	31.064	47.345	30.152	Provisões	16	25.523	10.290	27.341	12.164
Contas a receber de clientes	8	-	-	538.215	565.518	Outras contas a pagar		-	-	47.458	34.470
Impostos e contribuições a recuperar	10	629	734	907	1.358			<u>962.572</u>	<u>1.130.607</u>	<u>1.584.506</u>	<u>1.737.825</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	40.345	31.687	62.136	56.502	Total do passivo		<u>1.938.564</u>	<u>1.610.326</u>	<u>3.176.680</u>	<u>2.767.554</u>
Depósitos judiciais	16	5.428	7.060	12.427	13.784						
Outras contas a receber		6	7	848	548	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	19	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000
		<u>161.286</u>	<u>70.552</u>	<u>661.878</u>	<u>667.862</u>	Capital social		(2.321)	325	(2.321)	325
						Reservas de capital		401.999	403.469	401.999	403.469
						Reservas de lucros		255.882	76.696	255.882	76.696
Investimentos	11	1.385.629	1.224.138	516.129	403.270	Ajustes de avaliação patrimonial		(27.475)	(32.909)	(27.475)	(32.909)
Imobilizado	12	221.892	225.030	561.340	435.024	Ações em tesouraria					
Ágio e intangível	13	5.574	6.009	310.597	264.344			<u>1.828.085</u>	<u>1.647.581</u>	<u>1.828.085</u>	<u>1.647.581</u>
		<u>1.613.095</u>	<u>1.455.177</u>	<u>1.388.066</u>	<u>1.102.638</u>	Participação dos não controladores		-	-	34.098	23.430
								<u>1.828.085</u>	<u>1.647.581</u>	<u>1.862.183</u>	<u>1.671.011</u>
						Total do passivo e patrimônio líquido		<u>3.766.649</u>	<u>3.257.907</u>	<u>5.038.863</u>	<u>4.438.565</u>
Total do ativo		<u>3.766.649</u>	<u>3.257.907</u>	<u>5.038.863</u>	<u>4.438.565</u>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcopolo S.A.

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Operações					
Receita líquida de vendas e serviços	24	1.707.658	2.332.236	2.739.132	3.400.194
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	25	<u>(1.361.529)</u>	<u>(1.923.098)</u>	<u>(2.263.165)</u>	<u>(2.807.859)</u>
Lucro bruto		<u>346.129</u>	<u>409.138</u>	<u>475.967</u>	<u>592.335</u>
Despesas com vendas	25	(127.260)	(148.885)	(164.841)	(196.438)
Despesas administrativas	25	(88.632)	(89.797)	(158.483)	(171.341)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(23.828)	(11.579)	(19.570)	5.386
Resultado de equivalência patrimonial	11	<u>21.550</u>	<u>83.233</u>	<u>32.996</u>	<u>35.320</u>
Lucro operacional		<u>127.959</u>	<u>242.110</u>	<u>166.069</u>	<u>265.262</u>
Receitas financeiras	26	403.803	205.011	449.181	240.239
Despesas financeiras	26	<u>(439.813)</u>	<u>(204.647)</u>	<u>(487.533)</u>	<u>(229.138)</u>
Resultado financeiro		<u>(36.010)</u>	<u>364</u>	<u>(38.352)</u>	<u>11.101</u>
Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social		<u>91.949</u>	<u>242.474</u>	<u>127.717</u>	<u>276.363</u>
Imposto de renda e contribuição social	18				
Corrente		(13.658)	(22.237)	(44.268)	(56.111)
Diferido		<u>8.658</u>	<u>1.915</u>	<u>5.634</u>	<u>3.818</u>
Lucro líquido do exercício		<u>86.949</u>	<u>222.152</u>	<u>89.083</u>	<u>224.070</u>
Atribuível a:					
Acionistas da Marcopolo		86.949	222.152	86.949	222.152
Participação dos não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.134</u>	<u>1.918</u>
		<u>86.949</u>	<u>222.152</u>	<u>89.083</u>	<u>224.070</u>
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Marcopolo durante o exercício (expresso em R\$ por ação)					
Básico	27	<u>0,0976</u>	<u>0,2497</u>	<u>0,1000</u>	<u>0,2518</u>
Diluído	27	<u>0,0969</u>	<u>0,2477</u>	<u>0,0993</u>	<u>0,2498</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcopolo S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	<u>86.949</u>	<u>222.152</u>	<u>89.083</u>	<u>224.070</u>
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	179.186	38.560	187.720	40.875
Participação dos não controladores	-	-	-	1.102
Resultado abrangente total	<u>266.135</u>	<u>260.712</u>	<u>276.803</u>	<u>266.047</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas da Marcopolo	266.135	260.712	266.135	260.712
Participação dos não controladores	-	-	10.668	5.335
Resultado abrangente total	<u>266.135</u>	<u>260.712</u>	<u>276.803</u>	<u>266.047</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcopolo S.A.

Demonstrações de mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da Marcopolo											
	Reserva de capital		Reservas de lucros					Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ganho/perda com alienação de ações próprias	Reserva legal	Para futuro aumento de capital	Para pagamento de dividendos intermediários	Para compra de ações próprias	Ajustes de avaliação patrimonial					
Em 31 de dezembro de 2013	1.200.000	593	22.906	170.173	50.856	50.856	38.136	(17.624)	-	1.515.896	18.095	1.533.991
Resultado abrangente do exercício												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	222.152	222.152	1.918	224.070
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.102	1.102
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	38.560	-	-	-	38.560	2.315	40.875
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	38.560	-	-	222.152	260.712	5.335	266.047
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas												
Alienação de ações em tesouraria	-	(268)	-	-	-	-	4.039	-	-	3.771	-	3.771
Compra de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	(19.324)	-	-	(19.324)	-	(19.324)
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	(60.713)	-	-	-	-	-	(60.713)	-	(60.713)
Destinações												
Reserva legal	-	-	11.108	-	-	-	-	-	(11.108)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.761)	(52.761)	-	(52.761)
Transferência entre reservas	-	-	-	110.797	23.743	23.743	-	-	(158.283)	-	-	-
Total das contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	(268)	11.108	50.084	23.743	23.743	-	(15.285)	(222.152)	(129.027)	-	(129.027)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>1.200.000</u>	<u>325</u>	<u>34.014</u>	<u>220.257</u>	<u>74.599</u>	<u>74.599</u>	<u>76.696</u>	<u>(32.909)</u>	<u>-</u>	<u>1.647.581</u>	<u>23.430</u>	<u>1.671.011</u>

Marcopolo S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da Marcopolo											
	Reserva de capital		Reservas de lucros					Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ganho/perda com alienação de ações próprias	Reserva legal	Para futuro aumento de capital	Para pagamento de dividendos intermediários	Para compra de ações próprias	Ajustes de avaliação patrimonial					
Em 31 de dezembro de 2014	1.200.000	325	34.014	220.257	74.599	74.599	76.696	(32.909)	-	1.647.581	23.430	1.671.011
Resultado abrangente do exercício												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	86.949	86.949	2.134	89.083
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	179.186	-	-	179.186	8.534	187.720
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	179.186	-	86.949	266.135	10.668	276.803
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas												
Alienação de ações em tesouraria	-	(2.646)	-	-	-	-	-	5.434	-	2.788	-	2.788
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	(45.117)	-	-	-	-	-	(45.117)	-	(45.117)
Destinações												
Reserva legal	-	-	4.347	-	-	-	-	-	(4.347)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.650)	(20.650)	-	(20.650)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.652)	(22.652)	-	(22.652)
Transferência entre reservas	-	-	-	27.510	5.895	5.895	-	-	(39.300)	-	-	-
Total das contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	(2.646)	4.347	(17.607)	5.895	5.895	-	5.434	(86.949)	(85.631)	-	(85.631)
Em 31 de dezembro de 2015	1.200.000	(2.321)	38.361	202.650	80.494	80.494	255.882	(27.475)	-	1.828.085	34.098	1.862.183

Marcopolo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		<u>86.949</u>	<u>222.152</u>	<u>89.083</u>	<u>224.070</u>
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	12 e 13	22.721	22.130	46.437	41.175
Ganho na venda de ativos de investimentos, imobilizados e intangíveis		1.278	957	2.901	12.403
Equivalência patrimonial	11	(21.550)	(83.233)	(32.996)	(35.320)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	4.144	8.166	(4.643)	14.641
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		5.000	20.322	38.634	52.293
Juros e variações apropriados		129.645	72.134	160.095	86.965
Participações dos não controladores		-	-	2.134	3.020
Variações nos ativos e passivos					
Redução (aumento) em contas a receber de clientes		139.811	(14.650)	168.653	(34.975)
(Aumento) redução títulos e valores mobiliários		(27.223)	(102.459)	39.012	(102.309)
Redução (aumento) nos estoques		50.669	7.129	64.251	(10.441)
(Aumento) redução em outras contas a receber		(28.543)	(3.891)	(29.562)	(24.364)
(Redução) em fornecedores		(45.473)	(36.650)	(56.318)	(27.767)
Aumento (redução) em outras contas a pagar		50.249	(49.735)	47.835	(71.327)
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>367.677</u>	<u>62.372</u>	<u>535.516</u>	<u>128.064</u>
Impostos sobre o lucro pagos		(13.658)	(22.237)	(44.268)	(56.111)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>354.019</u>	<u>40.135</u>	<u>491.248</u>	<u>71.953</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Investimentos		6.727	(4.615)	(128)	-
Dividendos de controladas, controladas em conjunto e coligadas		32.518	66.979	28.621	28.986
Adições de imobilizado		(19.353)	(25.901)	(158.265)	(134.028)
Adições de intangível		(1.548)	(2.662)	(1.734)	(2.921)
Recebimento na venda de ativo imobilizado		475	439	3.922	639
Caixa líquido obtido das atividades de investimentos		<u>18.819</u>	<u>34.240</u>	<u>(127.584)</u>	<u>(107.324)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Ações em tesouraria		2.788	(15.553)	2.788	(15.553)
Empréstimos tomados de terceiros		360.279	226.354	767.717	697.329
Pagamento de empréstimos - principal		(122.983)	(119.060)	(525.072)	(444.862)
Pagamento de empréstimos - juros		(36.305)	(45.669)	(65.158)	(67.422)
Pagamento dos juros sobre capital próprio e dividendos		(86.935)	(121.897)	(86.935)	(121.897)
Caixa líquido aplicado das atividades de financiamento		<u>116.844</u>	<u>(75.825)</u>	<u>93.340</u>	<u>47.595</u>
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31.543</u>	<u>5.674</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>489.682</u>	<u>(1.450)</u>	<u>488.547</u>	<u>17.898</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>433.561</u>	<u>435.011</u>	<u>642.615</u>	<u>624.717</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>923.243</u>	<u>433.561</u>	<u>1.131.162</u>	<u>642.615</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcopolo S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado (*)	
	2015	2014	2015	2014
Demonstrações do valor adicionado				
Receitas	1.905.157	2.645.014	3.028.181	3.836.431
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.884.267	2.649.585	2.987.201	3.836.201
Outras receitas	25.034	3.595	36.337	14.871
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(4.144)	(8.166)	4.643	(14.641)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(1.366.358)	(1.963.109)	(2.110.037)	(2.743.639)
Custos dos produtos e serviços prestados	(1.146.250)	(1.766.002)	(1.800.192)	(2.462.922)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(171.246)	(181.933)	(253.938)	(271.232)
Perda de valores ativos	(48.862)	(15.174)	(55.907)	(9.485)
Valor adicionado bruto	538.799	681.905	918.144	1.092.792
Depreciações e amortizações	(22.721)	(22.130)	(46.437)	(41.175)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	516.078	659.775	871.707	1.051.617
Valor adicionado recebido em transferência	425.353	288.244	482.177	275.559
Resultado de equivalência patrimonial	21.550	83.233	32.996	35.320
Receitas financeiras	403.803	205.011	449.181	240.239
Valor adicionado total a distribuir	941.431	948.019	1.353.884	1.327.176
Distribuição do valor adicionado	941.431	948.019	1.353.884	1.327.176
Pessoal	455.031	515.640	737.381	768.324
Remuneração direta	354.101	412.485	598.227	616.094
Benefícios	59.307	71.147	84.835	106.674
FGTS	41.623	32.008	54.319	45.556
Impostos, taxas e contribuições	(47.286)	(2.079)	8.827	78.685
Federais	(9.344)	37.492	79.409	100.563
Estaduais	(38.781)	(47.707)	(72.013)	(30.508)
Municipais	839	8.136	1.431	8.630
Remuneração de capitais de terceiros	446.737	212.306	518.593	256.097
Despesas financeiras	439.813	204.647	487.533	229.138
Aluguéis	6.924	7.659	31.060	26.959
Lucros do exercício, juros sobre capital próprio e dividendos	86.949	222.152	89.083	224.070
Juros sobre o capital próprio	43.302	52.761	43.302	52.761
Lucros retidos do exercício	43.647	169.391	45.781	171.309

(*) A demonstração do valor adicionado consolidada não forma parte das demonstrações financeiras consolidadas conforme IFRS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto Operacional

A Marcopolo S.A. ("Marcopolo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 abrangem a Marcopolo e suas controladas, controladas em conjunto e investimentos em coligadas (denominadas "Companhia").

A Marcopolo tem por objeto a fabricação e comércio de ônibus, veículos automotores, carrocerias, peças, máquinas agrícolas e industriais, importação e exportação, podendo ainda participar de outras sociedades.

As ações da Marcopolo, sob a sigla "POMO3" e "POMO4" são negociadas na bolsa de valores de São Paulo - BM&FBOVESPA.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.1 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2016.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;
- os passivos para transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo;
- o ativo e ou passivo líquido de benefício é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.2 (a, ii) – Controladas;
- Nota explicativa 2.2 (a, iv) – Investimentos em empresas com negócios em conjunto (*Joint venture* – *Joint operation*);
- Nota explicativa 16 – Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários;
- Nota explicativa 17 – Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados;
- Nota explicativa 18 – Impostos diferidos.

(d) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC – 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.2 Base de consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 2.11).

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas da Companhia, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iv) Investimentos em empresas com negócios em conjunto (*joint venture – joint operation*)

Negócios em conjunto podem ser classificados como uma operação em conjunto (*joint operation*) ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*).

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é um negócio em conjunto que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial.

(v) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, essa participação é contabilizada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou pelo custo ou valor justo em um ativo disponível para venda, dependendo do nível de influência retido.

(vi) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.11 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Marcopolo e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Controladas	Denominação	Moeda funcional	País
Apolo Soluções em Plásticos Ltda.	Apolo	Reais	Brasil
Banco Moneo S.A.	Banco Moneo	Reais	Brasil
Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.	Ciferal	Reais	Brasil
Ilmot International Corporation.	Ilmot	Dólar Americano	Uruguai
Marcopolo Auto Components Co.	MAC	Renminbi	China
Marcopolo Austrália Holdings Pty Ltd.	MP Austrália	Dólar Australiano	Austrália
Pologren Austrália Pty Ltd.	Pologren	Dólar Australiano	Austrália
Volgren Austrália Pty Ltd.	Volgren	Dólar Australiano	Austrália
Marcopolo Canadá Holdings Corp.	MP Canadá	Dólar Canadense	Canadá
Marcopolo International Corp.	MIC	Dólar Americano	Ilhas Virgens
Marcopolo Latinoamérica S.A.	Mapla	Peso Argentino	Argentina
Marcopolo South África Pty Ltd.	Masa	Rande	África do Sul
Marcopolo Trading S.A.	Trading	Reais	Brasil
Moneo Investimentos S.A.	Moneo	Reais	Brasil
Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda.	Syncroparts	Reais	Brasil
Polomex S.A. de C.V.	Polomex	Dólar Americano	México
Volare Veículos Ltda.	Volare Veículos	Reais	Brasil
Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda.	Volare Comércio	Reais	Brasil
Controladas em conjunto	Denominação	Moeda funcional	País
GB Polo Bus Manufacturing S.A.E.	GB Polo	Libra Egípcia	Egito
Kamaz Marco LLC.	Kamaz	Rublo	Rússia
Loma Hermosa S.A.	Loma	Peso Argentino	Argentina
Metalpar S.A.	Metalpar	Peso Argentino	Argentina
Metalsur Carrocerias S.R.L.	Metalsur	Peso Argentino	Argentina
Marcopolo Argentina S.A.	Marsa	Peso Argentino	Argentina
New Flyer Industries Inc.	New Flyer	Dólar Canadense	Canadá
Rotas do Sul Logística Ltda.	Rotas do Sul	Reais	Brasil
San Marino Bus de México S.A. de C.V.	San Marino México	Peso Mexicano	México
San Marino Ônibus e Implementos Ltda.	San Marino	Reais	Brasil
Superpolo S.A.	Superpolo	Peso Colombiano	Colômbia
Tata Marcopolo Motors Limited.	TMML	Rúpia	Índia
Coligadas	Denominação	Moeda funcional	País
Mercobus S.A.C.	Mercobus	Soles	Peru
MVC Componentes Plásticos Ltda.	MVC	Reais	Brasil
Setbus Soluções Automotivas Ltda.	Setbus	Reais	Brasil
Spheros Climatização do Brasil S.A.	Spheros	Reais	Brasil
Spheros México S.A. de C.V.	Spheros México	Peso Mexicano	México
Spheros Thermosystems Colômbia Ltda.	Spheros Colômbia	Peso Colombiano	Colômbia
WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda.	WSul	Reais	Brasil

2.5 Moeda estrangeira

(a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à

taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- instrumentos financeiros disponíveis para venda (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);
- passivo financeiro designado como hedge do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que o hedge é efetivo; e
- um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

(b) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que inclua uma operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é reatribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

2.6.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.2 Ativos financeiros não derivativos – mensuração

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(c) Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contraprestação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(e) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de

transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

2.6.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

2.6.4 Recompra e reemissão de ações – Ações em Tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

2.6.5 Redução ao valor recuperável *Impairment*

(a) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de

valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(c) Ativos classificados como disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

(d) Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(e) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.7 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "receitas (despesas) financeiras".

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

2.9 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

2.10 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio na reserva de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edificações	40-60
Máquinas	10-15
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	5-12

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.11 Ativos intangíveis e ágio

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar

prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até 5 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- . a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- . o *software* pode ser vendido ou usado;
- . o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- . estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- . o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos.

(d) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(e) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

(f) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(g) Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% da CDI mensal para clientes mercado interno e a taxa a mercado dos adiantamentos de contrato de cambio para os clientes mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente; e
- Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Companhia. A Companhia realizou cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para contas a receber.

2.15 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.16 Provisão para garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

2.17 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no exercício, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social - corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social - diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.18 Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;
- (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (iii) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;

- (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

2.19 Capital social

Ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

São classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

A distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Marcopolo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Marcopolo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

(a) Venda de ônibus

O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os carros tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os carros de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, e são descontadas ao valor presente.

2.21 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita e despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro;
- perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contam a receber);
- ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado; e
- reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica os juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

2.22 Normas, alterações e interpretações de normas

(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor:

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11)
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13).

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

(iii) Risco de preço de vendas e compras

Considerando-se que as exportações são equivalentes a 43,9% das receitas previstas para 2016, a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá alterar os resultados planejados pela Administração.

De outro lado, as compras de matérias-primas consideradas *commodities* representam aproximadamente 38% do total das compras e desta forma sujeita a Companhia aos efeitos das oscilações nos preços de mercado destes itens.

Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente a evolução de preços.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 32.572 (controladora) e R\$ 77.588 (consolidado) em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 28.428 e R\$ 77.681 em 31 de dezembro de 2014) representativos de 5,6% e 4,7%, respectivamente, do saldo de contas a receber da controladora e do consolidado em aberto (3,9% e 4,3% em 31 de dezembro de 2014), a qual foi constituída para fazer face ao risco de crédito.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

		Consolidado			
		2015			
		Fluxo de caixa contratual			
	Valor Contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	2.474.846	2.788.174	1.014.846	1.594.096	179.232
Fornecedores	249.138	249.138	249.138	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	921	921	921	-	-

	Consolidado				
	2014				
	Fluxo de caixa contratual				
Valor Contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	2.110.925	2.339.952	437.519	1.778.970	123.463
Fornecedores	286.709	286.709	286.709	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	1.942	1.942	1.942	-	-

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Cenário provável (Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI - %		14,25	17,81	21,38
TJLP - %		7,90	9,88	11,85
Taxa cambial - US\$		4,10	5,12	6,15
Taxa cambial - Euro		4,20	5,25	6,30
LIBOR - %		0,80	1,00	1,20
Custo do ACC deságio - %		2,25	2,81	3,37
	Aplicações financeiras	120.150	149.787	179.383
	Relações interfinanceiras	69.211	75.549	81.888
	Empréstimos e financiamentos	(132.260)	(254.474)	(380.943)
	<i>Forwards</i>	(2.212)	32.855	77.773
	Contas a receber subtraído do contas a pagar	17.505	109.144	200.782
		72.394	112.861	158.883

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao gerenciar capital é de resguardar a habilidade de sua continuidade operacional, para garantir retorno aos acionistas, mantendo uma estrutura otimizada de capital para reduzir custos de capital.

Visando a sustentabilidade e perpetuação das atividades, além dos aspectos sociais e ambientais, a Companhia enfatiza os resultados econômico-financeiros, que resultam em agregação de valor ao negócio e retorno aos acionistas. Para acompanhamento do desempenho foi adotada, a partir de 2001, a metodologia denominada Gestão de Valor Agregado (GVA), a qual direciona o foco das ações operacionais em que resultem em superior desempenho financeiro. Esse programa treinou o pessoal no desenvolvimento e uso de instrumentos de aferição e controle do atingimento das metas, facilitando a simulação e análise da eficiência na gestão do capital de giro e dos efeitos de novos investimentos na

rentabilidade da Companhia. Concomitantemente, a Marcopolo adotou os conceitos do BSC (*Balanced Score Card*) que traduz a estratégia de cada unidade em objetivos, direcionadores, metas e planos de ação, os quais são monitorados e gerenciados com frequência. As ferramentas relacionadas aos objetivos são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. Nos últimos anos, esses indicadores chave foram:

WACC - entre 8% e 12% a.a.

Dívida Líquida/EBITDA - entre 1,50x e 2,50x

Relação Dívida/Patrimônio Líquido - entre 25% e 80%

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser assim sumariados (Nota 28):

	<u>Consolidado</u>		<u>Segmento Industrial</u>		<u>Segmento Financeiro</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Total dos empréstimos	2.474.846	2.110.925	1.755.647	1.361.273	719.199	749.652
Instrumentos financeiros derivativos	921	1.942	921	1.942	-	-
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.131.162)	(642.615)	(1.111.998)	(615.112)	(19.164)	(27.503)
Menos: aplicações financeiras	(234.014)	(273.026)	(234.014)	(273.026)	-	-
Dívida líquida (A)	<u>1.110.591</u>	<u>1.197.226</u>	<u>410.556</u>	<u>475.077</u>	<u>700.035</u>	<u>722.149</u>
Total do patrimônio líquido (B)	<u>1.828.085</u>	<u>1.647.581</u>	<u>1.602.208</u>	<u>1.435.987</u>	<u>225.877</u>	<u>211.594</u>
Índice de alavancagem financeira - % (A/B)	61	73	26	33	310	341

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); e
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os quais foram integralmente classificados no nível 2:

	Consolidado	
	2015	2014
Ativos		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
- Fundo de investimento renda fixa	152	137
- Derivativos para negociação	1.803	1.088
Ativos disponíveis para venda		
- Certificados de depósitos bancários	184.714	241.649
	186.669	242.874
Passivos		
Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado		
- Derivativos para negociação	921	1.942
	921	1.942

4.4 Outros fatores de risco

A Companhia, por iniciativa do Conselho de Administração, poderá efetuar procedimentos de avaliação interna sempre que fatores externos ou internos indiquem a possibilidade de que distorções nas demonstrações financeiras, perdas financeiras ou danos à sua imagem tenham ocorrido. Tais procedimentos são realizados de forma independente, com ou sem apoio de especialistas externos, e seus resultados são reportados ao Conselho de Administração.

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

- (i) Aplicações financeiras - As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; e
- (ii) Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(b) Empréstimos e recebíveis

- (i) Caixa e equivalente de caixa - Os saldos em contas correntes mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis, considerando as suas características e vencimentos;
- (ii) Contas a receber de clientes - Valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços; e
- (iii) Partes relacionadas – Representada por empréstimos de mútuo.

(c) Disponível para venda

Aplicações financeiras – Representada por aplicações em Certificados de Depósitos

Bancários.

(d) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(e) Outros passivos financeiros

(i) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado, pode ser assim sumariada:

<u>Natureza do ativo</u>	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	<u>Valor patrimonial</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor patrimonial</u>	<u>Valor de mercado</u>
Empréstimos e financiamentos	2.474.846	2.441.926	2.110.925	2.101.932

(ii) Fornecedores – Representado por valores a pagar por compra de mercadorias e serviços.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

O quadro a seguir apresenta uma estimativa do valor de mercado de nossa posição com os contratos de NDFs e *Forward*. Os ganhos e perdas não realizados nas operações com derivativos são registrados (se perda) na rubrica de instrumentos financeiros derivativos ou (se ganho) em instrumentos financeiros derivativos e a contrapartida no resultado na rubrica de receitas ou despesas financeiras - variação cambial, respectivamente.

Ativos

<u>Empresa</u>	<u>Contraparte</u>	<u>Posição</u>	<u>Inicial</u>	<u>Final</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Valores a receber</u>	
					<u>nocional</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Marcopolo</u>					<u>USD mil</u>				
	BRADESCO	Compra	17.12.15	18.02.16	5.498	288	-	288	-
	SANTANDER	Compra	30.12.15	29.01.16	542	41	-	41	-
						329	-	329	-
<u>Masa</u>					<u>USD mil</u>				
	STD	Compra	28.08.15	15.04.16	3.368	1.380	496	1.380	496
	ABSA					-	368	-	368
						1.380	864	1.380	864
<u>MP Austrália</u>					<u>USD mil</u>				
	WESTERN UNION	Compra	10.07.15	12.01.16	102	4	191	4	191
	WESTERN UNION				<u>CHF mil</u>	-	26	-	26

Marcopolo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

					<u>SGD mil</u>						
WESTERN UNION					-	7	-	7			
					4	224	4	224			
Volare											
Veículos											
BBA					<u>USD mil</u>						
Compra					29.12.15	24.02.16	1.229	90	-	90	-
					90	-	90	-	-	-	
					1.803	1.088	1.803	1.088	-	-	

Passivos

<u>Empresa</u>	<u>Contraparte</u>	<u>Posição</u>	<u>Inicial</u>	<u>Final</u>	<u>Valor nacional</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Valores a pagar</u>	
						<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Marcopolo									
<u>USD mil</u>									
BBA	Compra		17.12.15	26.01.16	3.500	(73)	(384)	(73)	(384)
BRADESCO	Compra		30.12.15	08.03.16	4.500	(63)	(190)	(63)	(190)
SANTANDER	Compra		30.12.15	15.03.16	6.180	(38)	(144)	(38)	(144)
CITIBANK					-	-	(1.221)	-	(1.221)
					(174)	(1.939)	(174)	(1.939)	(1.939)
MP Austrália									
<u>USD mil</u>									
WESTERN UNION	Compra		08.08.15	06.12.16	4.850	(405)	-	(405)	-
<u>SGD mil</u>									
CITIBANK	Compra		09.10.15	06.10.16	660	(50)	-	(50)	-
<u>CNY mil</u>									
CITIBANK	Compra		09.10.15	06.09.16	10.293	(14)	-	(14)	-
<u>CHF mil</u>									
WESTERN UNION	Compra		16.01.15	09.06.16	385	(81)	(3)	(81)	(3)
CITIBANK	Compra		16.01.15	06.10.16	810	(197)	-	(197)	-
					(747)	(3)	(747)	(3)	(3)
					(921)	(1.942)	(921)	(1.942)	(1.942)

A Marcopolo auferiu ganhos e perdas com derivativos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 conforme abaixo:

	<u>Ganhos/perdas realizados</u>			
	<u>Juros sobre derivativos</u>		<u>Varição Cambial sobre derivativos</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Marcopolo	(1.469)	3.804	8.769	(10.781)
Ciferal	-	77	(478)	(186)
Masa	-	-	(595)	45
MP Austrália	-	-	19	38

6 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Marcopolo S.A. e suas controladas, a seguir relacionadas:

(a) Controladas

Controladas	Percentual de participação					
	2015			2014		
	Direta	Indireta	Participação dos não controladores	Direta	Indireta	Participação dos não controladores
Apolo	65,00	-	35,00	65,00	-	35,00
Banco Moneo	-	100,00	-	-	100,00	-
Ciferal	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Ilmot	100,00	-	-	100,00	-	-
MAC	100,00	-	-	100,00	-	-
MIC	100,00	-	-	100,00	-	-
Mapla	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Masa	100,00	-	-	100,00	-	-
Trading	99,99	-	0,01	99,99	-	0,01
Moneo	100,00	-	-	100,00	-	-
MP Austrália	100,00	-	-	100,00	-	-
MP Canadá	100,00	-	-	100,00	-	-
Pologren (1)	-	75,00	25,00	-	75,00	25,00
Volgren (1)	-	75,00	25,00	-	75,00	25,00
Polomex	3,61	70,39	26,00	3,61	70,39	26,00
Syncroparts	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Volare Veículos	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-
Volare Comércio	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-

(1) Consolida na MP Austrália.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, merecem destaque as seguintes práticas:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de dificuldades na recuperação dos ativos relacionados;
- (d) Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
- (e) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto (não consolidadas)

Coligadas	Percentual de participação			
	2015		2014	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
GB Polo	49,00	-	49,00	-
Kamaz	50,00	-	50,00	-
Loma	50,00	-	50,00	-

Marcopolo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Metalpar (1)	-	50,00	-	50,00
Metalsur (1)	-	51,00	-	51,00
Marsa (1)	-	50,00	-	50,00
New Flyer	-	19,97	-	19,99
San Marino	45,00	-	45,00	-
Rotas do Sul (2)	-	45,00	-	45,00
San Marino México (2)	-	45,00	-	45,00
Superpolo	20,61	29,39	20,61	29,39
TMML	49,00	-	49,00	-

- (1) Consolida no empreendimento controlado em conjunto (não consolidada) na Loma;
(2) Consolida no empreendimento controlado em conjunto (não consolidada) na San Marino.

O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Receita líquida</u>		<u>Lucro (prejuízo)</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
GBPolo	145.690	86.433	139.135	95.731	94.061	70.780	13.859	(6.247)
Kamaz	6.782	-	12.416	-	16.316	-	(2.834)	-
Loma	214.873	163.328	135.175	112.724	465.888	194.350	36.870	4.558
San Marino	416.864	381.682	356.333	299.816	306.961	396.822	(21.084)	(3.308)
Superpolo	172.207	177.372	91.430	109.086	213.171	239.162	11.179	10.320
TMML	208.492	188.084	162.739	151.559	306.663	179.120	(6.427)	(17.059)

(c) Coligadas (não consolidadas)

Coligadas	<u>Percentual de participação</u>			
	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
Mercobus	40,00	-	40,00	-
MVC	26,00	-	26,00	-
Setbus	25,10	21,96	25,10	21,96
Spheros	40,00	-	40,00	-
Spheros Colômbia (1)	-	40,00	-	40,00
Spheros México (1)	-	40,00	-	40,00
WSul	30,00	-	30,00	-

- (1) Consolida na coligada (não consolidada) Spheros.

O montante dos principais saldos das demonstrações financeiras dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Receita líquida</u>		<u>Lucro (prejuízo)</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Mercobus	7.189	3.880	1.266	416	11.925	7.825	4.963	2.630
MVC	585.053	656.166	584.615	518.402	275.954	670.728	(137.323)	67.796
Setbus	11.801	13.606	22.996	20.522	14.395	16.482	(4.948)	(1.430)
Spheros	61.700	66.740	26.452	27.861	138.809	155.863	12.538	20.358
WSul	7.685	9.690	1.422	1.390	19.643	23.440	163	2.194

A seguir apresentamos a natureza das participações:

Apolo Soluções em Plásticos Ltda. – com participação de 65% no capital está localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil e tem por objeto a injeção de peças plásticas, desenvolvimento, fabricação e comércio de produtos e materiais plásticos.

Moneo Investimentos S. A. (Moneo) – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Moneo tem por objeto a participação em outras sociedades, exclusivamente, naquelas que se caracterizem por ser instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e tem a seguinte controlada integral:

- Banco Moneo S. A. – localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto a atividade bancária em geral, em todas as modalidades para as quais for autorizada pelo Banco Central e atua no mercado do Brasil.

Ciferal Indústria de Ônibus Ltda (Ciferal) – Controlada integral, localizada em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação.

Ilmot International Corporation (Ilmot) – Controlada integral, localizada no Uruguai. A Ilmot tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas:

- Polomex S. A. de C. V. (Polomex) – localizada em Monterrey, Nuevo León, México, com participação de 70,39% no capital. A Polomex tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Superpolo S.A.S. (Superpolo) – localizada em Cundinamarca, Colômbia, com participação de 29,39% no capital. A Superpolo tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Marcopolo Auto Componentes Co. (Mac) – Controlada integral, localizada em ChangZhou City, China, tem por objeto buscar o desenvolvimento e a promoção de vendas de componentes para ônibus.

Marcopolo Austrália Holdings Pty Ltd. (MP Austrália) – Controlada integral, localizada em Melbourne, Austrália. A MP Austrália tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada:

- Pologren Austrália Holdings Pty Ltd. (Pologren) – Controlada, localizada em Melbourne, Austrália. A Pologren tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada:
 - Volgren Austrália Pty Limited (Volgren) – localizada em Melbourne, Austrália, com participação de 75% no capital. A Volgren tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Marcopolo Canadá Holdings Corp. (MP Canadá) – Controlada integral, localizada no Canadá. A MP Canadá tem por objeto a participação em outras sociedades e tem o seguinte empreendimento controlado em conjunto:

- New Flyer Industries Inc. (New Flyer) – localizada no Canadá, com participação de 19,97% no capital. A New Flyer tem por objeto a fabricação de ônibus.

Marcopolo International Corp. (MIC) – Controlada integral, localizada nas Ilhas Virgens Britânicas. Atualmente as atividades desta controlada estão paralisadas.

Marcopolo Latinoamérica S. A. (Mapla) – Controlada integral, localizada na Argentina. Atualmente as atividades desta controlada estão paralisadas.

Marcopolo South África Pty Ltd. (Masa) – Controlada integral, localizada em Johannesburg, África do Sul, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Marcopolo Trading S. A. (Trading) – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto a prestação de serviços técnicos relacionados com o comércio exterior.

Superpolo S.A.S. – localizada na Colômbia, com participação de 20,61% no capital. A Superpolo tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Syncroparts Com e Distr. de Peças Ltda (Syncro) – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto o comércio e distribuição de peças para veículos automotores, e participações em outras sociedades.

Volare Veículos Ltda – Controlada integral, localizada em São Matheus, Estado do Espírito Santo, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação.

Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda – Controlada integral, localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e tem por objeto o comércio por atacado de peças e acessórios para veículos automotores.

GB Polo Bus Manufacturing S. A. E (GB Polo) – Coligada, com participação de 49% no capital, localizada em Suez, Egito, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Kamaz Marco LLC – Coligada, com participação de 50% localizada em Moscow, Federação da Rússia, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Loma Hermosa S. A. (Loma) – Coligada, com participação de 50% no capital, localizada na Província de Buenos Aires, Argentina. A Loma tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas:

- Metalpar S. A. – Controlada, com participação de 98% no capital, localizada na Província de Buenos Aires, Argentina. A Metalpar tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Metalsur Carrocerias S.R.L. – Controlada, com participação de 51% no capital, localizada na Província de Santa Fé, Argentina. A Metalsur tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Marcopolo Argentina S.A. (Marsa) – Empreendimento controlado em conjunto, com participação de 50% no capital, localizada na Província de Buenos Aires, Argentina. A Marsa tem por objeto o comércio de peças e acessórios para veículos automotores.

San Marino Ônibus e Implementos Ltda (San Marino) – Coligada, com participação de 45% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A San Marino tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas:

- San Marino Bus de México S. A. de C. V. – Controlada, com participação de 99,99% no capital, localizada em Toluca, Estado do México, México, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Rotas do Sul Logística Ltda. – Controlada, com participação de 99,99% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto serviços de transporte.

Tata Marcopolo Motors Limited (TMML) – Coligada, com participação de 49% no capital, localizada em Dharwad, Índia, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Mercobus S. A. C. – Coligada, com participação de 40% no capital, localizada no Peru, tem por objeto a representação comercial de carrocerias para ônibus.

MVC Componentes Plásticos Ltda (MVC) – Coligada, com participação de 26% no capital, localizada em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil. A MVC tem por objeto a fabricação e o comércio de partes, peças, componentes e acessórios para veículos automotores e participação em outras sociedades.

Setbus Soluções Automotivas Ltda. (Setbus) – Coligada, com participação direta de 25,10% e participação indireta de 21,96% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Setbus tem por objeto soluções automotivas.

Spheros Climatização do Brasil S. A. (Spheros) – Coligada, com participação de 40% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Spheros tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas:

- Spheros México S. A. de C. V – Controlada integral, localizada no México e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização.
- Spheros Thermosystems Colômbia Ltda – Controlada integral, localizada na Colômbia e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização.

WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda (WSul) – Coligada, com participação de 30% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A WSul tem por objeto a fabricação e comercialização de espuma de poliuretano moldados e seus derivados.

7 Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros e derivativos

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e depósitos bancários				
No Brasil	43.588	22.618	44.682	23.619
No exterior	260	101	128.388	120.143
Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata				
No Brasil (*)	<u>879.395</u>	<u>410.842</u>	<u>958.092</u>	<u>498.853</u>
Total do caixa e equivalente de caixa	<u>923.243</u>	<u>433.561</u>	<u>1.131.162</u>	<u>642.615</u>

(*) Corresponde substancialmente a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 99,0% e 101,5% do CDI, resultando uma média ponderada de 100,1% do CDI em 31 de dezembro de 2015.

7.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Circulante				
Mantidos para negociação				
Fundos de investimentos de renda fixa	152	137	152	137
Derivativos – mercado a termo (<i>Non Deliverable Forwards</i>)	329	-	1.803	1.088
Disponíveis para venda				
Certificados de depósitos bancários (*)	184.714	241.649	184.714	241.649
	<u>185.195</u>	<u>241.786</u>	<u>186.669</u>	<u>242.874</u>
Não circulante				
Disponíveis para venda				
Partes relacionadas	114.878	31.064	47.345	30.152
	<u>114.878</u>	<u>31.064</u>	<u>47.345</u>	<u>30.152</u>

(*) Corresponde substancialmente a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxas que variam entre 100,0% e 101,0% do CDI, resultando uma média ponderada de 100,1% do CDI em 31 de dezembro de 2015.

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. A Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham sido registrados segundo o método de *hedge accounting* de acordo com IAS 39.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Circulante				
No mercado nacional	252.236	436.998	331.026	593.742
No mercado externo	290.792	221.424	416.056	296.853
Partes relacionadas	44.347	68.997	-	-
Relações interfinanceiras	-	-	357.634	332.347
Ajuste a valor presente	(3.571)	(3.804)	(4.178)	(4.663)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32.572)	(28.428)	(67.938)	(67.681)
	<u>551.232</u>	<u>695.187</u>	<u>1.032.600</u>	<u>1.150.598</u>
Não circulante				
Relações interfinanceiras	-	-	547.865	575.518
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(9.650)	(10.000)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>538.215</u>	<u>565.518</u>
	<u>551.232</u>	<u>695.187</u>	<u>1.570.815</u>	<u>1.716.116</u>

Marcopolo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

As relações interfinanceiras referem-se a operações de crédito por financiamentos de ônibus pelo Banco Moneo, através de repasses do programa FINAME do BNDES.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Valores a vencer	351.874	448.919	1.308.040	1.392.726
Vencidos:				
Até 30 dias	43.589	97.404	79.474	121.333
Entre 31 e 60 dias	19.664	23.849	27.973	39.034
Entre 61 e 90 dias	5.382	29.899	10.402	50.651
Entre 91 e 180 dias	7.838	66.495	35.323	96.364
Acima de 181 dias	159.028	60.853	191.369	98.352
Ajuste a valor presente	(3.571)	(3.804)	(4.178)	(4.663)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32.572)	(28.428)	(77.588)	(77.681)
	<u>551.232</u>	<u>695.187</u>	<u>1.570.815</u>	<u>1.716.116</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(20.262)	(62.117)
Provisão registrada no exercício	(8.509)	(17.082)
Reversão de provisão contra contas a receber (<i>write-off</i>)	343	2.441
Variação cambial	-	(923)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(28.428)	(77.681)
Provisão registrada no exercício	(3.338)	(8.314)
Reversão de provisão contra contas a receber (<i>write-off</i>)	1.651	14.536
Variação cambial	(2.457)	(6.129)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(32.572)</u>	<u>(77.588)</u>

Contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Reais	260.440	473.763	1.166.287	1.427.092
Dólar Americano	290.792	221.424	333.291	247.112
Dólar Australiano	-	-	34.684	17.520
Rande	-	-	11.163	9.305
Renminbi	-	-	25.390	15.087
	<u>551.232</u>	<u>695.187</u>	<u>1.570.815</u>	<u>1.716.116</u>

9 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Produtos acabados	77.974	98.884	124.782	127.393
Produtos em elaboração	31.548	39.998	68.368	77.376
Matérias-primas e auxiliares	115.230	136.110	225.370	247.397
Adiantamentos a fornecedores e outros	2.637	4.409	26.582	22.392
Provisão para perdas nos estoques	(857)	(2.200)	(7.328)	(7.036)
	<u>226.532</u>	<u>277.201</u>	<u>437.774</u>	<u>467.522</u>

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(692)	(5.827)
Reversão de provisão	-	900
Provisão registrada no exercício	(1.508)	(3.202)
Variação cambial	-	1.093
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(2.200)	(7.036)
Reversão de provisão	1.973	4.833
Provisão registrada no exercício	(630)	(3.773)
Variação cambial	-	(1.352)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(857)</u>	<u>(7.328)</u>

10 Impostos e contribuições a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante				
Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ)	19.091	23.201	26.841	25.635
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	6.029	5.853	8.712	6.208
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	11.551	12.884	11.674	13.633
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	6.393	4.129	12.752	7.640
Programa de Integração Social (PIS)	1.894	809	3.898	1.652
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	6.934	3.168	18.089	8.706
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	14.112	2.270	14.701	2.859
Reintegra	7.292	5.349	7.642	5.417
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	-	-	14.003	8.413
Outros	45	46	74	55
	<u>73.341</u>	<u>57.709</u>	<u>118.386</u>	<u>80.218</u>
Não circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	629	734	842	1.049
Imposto sobre Valor Agregado (IVA)	-	-	65	309
	<u>629</u>	<u>734</u>	<u>907</u>	<u>1.358</u>
	<u>73.970</u>	<u>58.443</u>	<u>119.293</u>	<u>81.576</u>

11 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Controladas	1.197.584	1.016.397	-	-
Controladas em conjunto	172.395	153.908	500.340	348.628
Coligadas	15.650	53.833	15.650	53.833
Outros investimentos	-	-	139	809
	1.385.629	1.224.138	516.129	403.270

(a) Investimento em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Os investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas estão demonstrados a seguir:

Marcopolo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Empreendimentos controlados em conjunto:

	Empreendimentos controlados em conjunto								Total	
	GBPolo	Kamaz	Loma	Metalpar	San Marino	Superpolo	TMML	New Flyer	2015	2014
	(1)	(1)	(1),(2)	(1)	(2)	(1)	(1)	(1)		
Dados dos investimentos										
Capital social	48.884	2.856	29.680	149	73.604	16.660	100.347	2.302.470		
Patrimônio líquido ajustado	6.555	(5.634)	79.698	39.200	60.531	80.776	45.753	1.851.079		
Ações ou quotas possuídas	4.803.922	1	15.949.948	473.995	7.478.482	265.763	24.500	11.087.834		
% de participação	49,00	50,00	50,00	1,00	45,00	20,61	49,00	19,97		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	13.859	(2.834)	36.870	26.500	(21.084)	11.179	(6.427)	164.034		
Movimentação dos investimentos										
Saldo iniciais:										
Pelo valor patrimonial	(4.604)	(1.089)	55.756	321	71.552	14.075	17.897	-	153.908	169.378
Dividendos recebidos	-	-	-	(130)	-	(1.358)	-	-	(1.488)	(3.280)
Resultado de equivalência patrimonial	6.791	(1.417)	18.435	265	(9.488)	2.304	(3.149)	-	13.741	(9.480)
Ajustes acumulados de conversão	1.025	(311)	(3.890)	(64)	176	1.627	7.671	-	6.234	(2.710)
Saldo finais:										
Pelo valor patrimonial	<u>3.212</u>	<u>(2.817)</u>	<u>70.301</u>	<u>392</u>	<u>62.240</u>	<u>16.648</u>	<u>22.419</u>	<u>-</u>	<u>172.395</u>	<u>153.908</u>
Ágio sobre investimento	-	-	(30.451)	-	(35.002)	-	-	-	(65.453)	(65.453)
Participação indireta - Superpolo	-	-	-	-	-	23.738	-	-	23.738	20.068
Participação indireta - New Flyer	-	-	-	-	-	-	-	369.660	369.660	240.105
Pelo valor patrimonial consolidado	<u>3.212</u>	<u>(2.817)</u>	<u>39.850</u>	<u>392</u>	<u>27.238</u>	<u>40.386</u>	<u>22.419</u>	<u>369.660</u>	<u>500.340</u>	<u>348.628</u>
(1) Empreendimentos no exterior.										
(2) Estes saldos contemplam investimentos e ágio.										

Coligadas:

	Coligadas					Total	
	MVC	Mercobus	Spheros	Setbus	WSul	2015	2014
		(1)					
Dados dos investimentos							
Capital social	34.011	267	15.000	1.000	6.100		
Patrimônio líquido ajustado	438	5.923	35.248	(11.195)	6.263		
Ações ou quotas possuídas	1	232	244.898	25	1.830.000		
% de participação	26,00	40,00	40,00	25,10	30,00		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(137.323)	4.963	12.538	(4.948)	163		
Movimentação dos investimentos							
Saldo iniciais:							
Pelo valor patrimonial	35.818	1.368	15.725	(1.568)	2.490	53.833	34.060
Dividendos recebidos	-	(1.295)	(6.400)	-	(660)	(8.355)	(7.117)
Resultado de equivalência patrimonial	(35.704)	1.985	5.015	(1.243)	49	(29.898)	26.861
Ajustes acumulados de conversão	-	311	(241)	-	-	70	29
Saldo finais:							
Pelo valor patrimonial	<u>114</u>	<u>2.369</u>	<u>14.099</u>	<u>(2.811)</u>	<u>1.879</u>	<u>15.650</u>	<u>53.833</u>
(1) Empreendimento no exterior.							

12 Imobilizado

(a) Síntese da movimentação do imobilizado da controladora

	<u>Terrenos</u>	<u>Prédios e construções</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Equipamentos de computação</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outras imobilizações</u>	<u>Imobilizações em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2014	18.071	84.568	78.744	4.165	6.843	2.945	98	25.416	220.850
Adições	-	4.731	10.891	608	2.433	1.522	-	5.716	25.901
Baixas	-	(2)	(1.188)	(60)	(21)	(59)	-	-	(1.330)
Transferências	-	17.110	2.617	3	-	-	-	(19.730)	-
Depreciações	-	(3.351)	(13.748)	(563)	(2.083)	(646)	-	-	(20.391)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>18.071</u>	<u>103.056</u>	<u>77.316</u>	<u>4.153</u>	<u>7.172</u>	<u>3.762</u>	<u>98</u>	<u>11.402</u>	<u>225.030</u>
Custo do imobilizado	18.071	172.992	196.418	9.362	18.899	7.207	98	11.402	434.449
Depreciação acumulada	-	(69.936)	(119.102)	(5.209)	(11.727)	(3.445)	-	-	(209.419)
Valor residual	<u>18.071</u>	<u>103.056</u>	<u>77.316</u>	<u>4.153</u>	<u>7.172</u>	<u>3.762</u>	<u>98</u>	<u>11.402</u>	<u>225.030</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	18.071	103.056	77.316	4.153	7.172	3.762	98	11.402	225.030
Adições	-	2.267	11.250	258	1.061	180	77	4.260	19.353
Baixas	-	(141)	(1.022)	(30)	(39)	(279)	-	(112)	(1.623)
Transferências	-	6.722	2.335	-	(99)	1	-	(8.959)	-
Depreciações	-	(3.544)	(13.903)	(572)	(2.189)	(660)	-	-	(20.868)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>18.071</u>	<u>108.360</u>	<u>75.976</u>	<u>3.809</u>	<u>5.906</u>	<u>3.004</u>	<u>175</u>	<u>6.591</u>	<u>221.892</u>
Custo do imobilizado	18.071	181.775	203.234	9.231	19.516	7.044	175	6.591	445.637
Depreciação acumulada	-	(73.415)	(127.258)	(5.422)	(13.610)	(4.040)	-	-	(223.745)
Valor residual	<u>18.071</u>	<u>108.360</u>	<u>75.976</u>	<u>3.809</u>	<u>5.906</u>	<u>3.004</u>	<u>175</u>	<u>6.591</u>	<u>221.892</u>
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	8,3	8,3	20,0	20,0			

(b) Síntese da movimentação do imobilizado consolidado

	<u>Terrenos</u>	<u>Prédios e construções</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Equipamentos de computação</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outras imobilizações</u>	<u>Imobilizações em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2014	22.781	125.693	124.525	8.734	7.737	5.972	3.337	39.277	338.056
Efeito cambial	28	174	1.568	124	-	79	331	421	2.725
Adições	-	13.607	37.630	1.190	3.351	2.952	325	74.973	134.028
Baixas	-	(63)	(2.496)	(140)	(170)	(1.413)	(81)	(741)	(5.104)
Transferências	-	80.961	11.999	9	-	11	41	(93.021)	-
Depreciações	-	(5.444)	(23.594)	(1.197)	(2.394)	(810)	(1.242)	-	(34.681)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>22.809</u>	<u>214.928</u>	<u>149.632</u>	<u>8.720</u>	<u>8.524</u>	<u>6.791</u>	<u>2.711</u>	<u>20.909</u>	<u>435.024</u>
Custo do imobilizado	22.809	303.755	348.574	17.846	21.718	12.810	10.888	20.909	759.309
Depreciação acumulada	-	(88.827)	(198.942)	(9.126)	(13.194)	(6.019)	(8.177)	-	(324.285)
Valor residual	<u>22.809</u>	<u>214.928</u>	<u>149.632</u>	<u>8.720</u>	<u>8.524</u>	<u>6.791</u>	<u>2.711</u>	<u>20.909</u>	<u>435.024</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	22.809	214.928	149.632	8.720	8.524	6.791	2.711	20.909	435.024
Efeito cambial	118	688	9.685	378	-	709	851	75	12.504
Adições	-	81.397	50.101	1.749	1.877	1.813	1.420	19.908	158.265
Baixas	-	(200)	(4.751)	(322)	(81)	(507)	(717)	(112)	(6.690)
Transferências	-	7.534	3.159	-	(99)	1	247	(10.842)	-
Depreciações	-	(5.477)	(25.398)	(1.450)	(2.581)	(1.835)	(1.022)	-	(37.763)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>22.927</u>	<u>298.870</u>	<u>182.428</u>	<u>9.075</u>	<u>7.640</u>	<u>6.972</u>	<u>3.490</u>	<u>29.938</u>	<u>561.340</u>
Custo do imobilizado	22.927	392.396	419.498	19.241	22.809	14.892	16.867	29.938	938.568
Depreciação acumulada	-	(93.526)	(237.070)	(10.166)	(15.169)	(7.920)	(13.377)	-	(377.228)
Valor residual	<u>22.927</u>	<u>298.870</u>	<u>182.428</u>	<u>9.075</u>	<u>7.640</u>	<u>6.972</u>	<u>3.490</u>	<u>29.938</u>	<u>561.340</u>
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	8,3	8,3	20,0	20,0	13,0		

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios.

(c) Garantia

Em 31 de dezembro de 2015, propriedades com valor contábil residual de R\$ 27.413 mil (R\$37.161 mil em 31 de dezembro de 2014) estão sujeitas a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários e contingências.

13 **Ágio e intangível**

(a) **Síntese da movimentação do intangível da controladora**

	<u>Softwares</u>	<u>Marcas registradas e licenças</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2014	5.031	55	5.086
Adições	2.660	2	2.662
Amortizações	(1.726)	(13)	(1.739)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>5.965</u>	<u>44</u>	<u>6.009</u>
Custo do intangível	50.902	1.225	52.127
Amortização acumulada	(44.937)	(1.181)	(46.118)
Valor residual	<u>5.965</u>	<u>44</u>	<u>6.009</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.965	44	6.009
Adições	1.545	3	1.548
Baixas	(130)	-	(130)
Transferências	-	-	-
Amortizações	(1.842)	(11)	(1.853)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>5.538</u>	<u>36</u>	<u>5.574</u>
Custo do intangível	52.315	1.228	53.543
Amortização acumulada	(46.777)	(1.192)	(47.969)
Valor residual	<u>5.538</u>	<u>36</u>	<u>5.574</u>
Taxas anuais de amortização - %	20,0	7,0	

(b) Síntese da movimentação do ágio e intangível do consolidado

	<u>Softwares</u>	<u>Marcas registradas e licenças</u>	<u>Carteira de clientes</u>	<u>Outros Intangíveis</u>	<u>Ágios</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2014	8.788	55	10.127	8.653	240.376	267.999
Efeito cambial	333	-	895	394	6.286	7.908
Adições	2.919	2	-	-	-	2.921
Baixas	-	-	-	-	(7.990)	(7.990)
Transferências	-	-	422	(422)	-	-
Amortizações	(2.334)	(13)	(3.941)	(206)	-	(6.494)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	9.706	44	7.503	8.419	238.672	264.344
Custo do intangível	56.553	1.225	18.598	9.076	238.672	324.124
Amortização acumulada	(46.847)	(1.181)	(11.095)	(657)	-	(59.780)
Valor residual	9.706	44	7.503	8.419	238.672	264.344
Saldos em 31 de dezembro de 2014	9.706	44	7.503	8.419	238.672	264.344
Efeito cambial	1.271	-	1.527	2.614	47.914	53.326
Adições	1.731	3	-	-	-	1.734
Baixas	(133)	-	-	-	-	(133)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Amortizações	(2.706)	(11)	(5.957)	-	-	(8.674)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9.869	36	3.073	11.033	286.586	310.597
Custo do intangível	59.837	1.228	24.473	11.791	286.586	383.915
Amortização acumulada	(49.968)	(1.192)	(21.400)	(758)	-	(73.318)
Valor residual	9.869	36	3.073	11.033	286.586	310.597
Taxas anuais de amortização - %	20,0	8,3	25,0	10,0		

(c) Teste de ágio para verificação de *impairment***(i) Ágio dos empreendimentos controlados em conjunto – San Marino e Loma**

Composto pelos ágios gerados na aquisição dos investimentos na San Marino e na Loma nos montantes de R\$ 65.453, sendo R\$ 35.002 na San Marino e R\$ 30.451 na Loma.

As projeções foram elaboradas para o período de cinco anos e as premissas utilizadas para determinar o valor justo através do método de fluxo de caixa descontado, incluem as projeções de fluxos de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento.

A média das premissas utilizadas no cálculo nas unidades geradoras de caixa são as seguintes:

	<u>San Marino</u>		<u>Loma</u>	
	<u>Percentual</u>			
<u>Testes do ágio para verificação de <i>impairment</i></u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Margem bruta orçada	16,00	15,20	20,70	21,00
Taxa de crescimento esperado	7,00	3,90	8,90	7,10
Taxa de desconto	6,65	6,59	17,60	15,06

(ii) Ágio da controlada indireta – Pologren

Composto pelo ágio gerado na aquisição do investimento na Volgren no montante de R\$ 132.190.

As projeções foram elaboradas pela controlada indireta Pologren e consolidadas pela MP Austrália. As projeções foram elaboradas para o período de cinco anos e as premissas utilizadas (Margem bruta orçada de 9,50%, taxa de crescimento esperado de 2,70% e taxa de desconto de 8,70%) para determinar o valor justo através do método de fluxo de caixa descontado, incluem as projeções de fluxos de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos futuros.

14 Partes relacionadas

(a) Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado do período encontram-se detalhadas no quadro a seguir:

Partes Relacionadas	Saldos ativos por mútuo e conta-corrente	Saldos passivos por mútuo e conta-corrente	Contas a receber por vendas	Contas a pagar por compras	Vendas de produtos/ serviços	Compras de produtos/ serviços	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Apolo	-	-	-	395	-	1.576	-	-
Ciferal	-	2	3.453	1.583	39.644	4.573	2	-
GB Polo	38.460	-	5.041	-	748	-	690	-
Kamaz	2.012	-	-	-	-	-	23	-
Ilmot	528	-	-	-	-	-	16	-
Loma	-	-	7.373	-	28.891	-	-	-
Mac	-	-	9.661	-	1.474	-	-	-
Masa	-	-	7.344	-	31.401	-	-	-
Moneo	17	-	-	-	-	-	3	-
MVC	5.451	-	1.556	67	201	4.621	-	-
Polomex	-	-	10.211	-	40.250	-	-	-
Setbus	1.367	-	-	-	-	1.343	-	-
Spheros	-	-	-	1.839	-	33.274	-	-
Superpolo	-	-	5.221	-	12.551	-	-	-
Syncroparts	-	-	-	-	-	-	1	-
TMML	-	-	9.337	-	3.427	-	-	-
Trading	-	-	-	-	-	-	1	-
Volare Veículos	65.149	-	5.535	-	10.005	-	2.982	-
Volare Comércio	1.839	-	8.143	386	-	-	151	-
WSul	55	-	-	575	-	6.641	-	-
Saldo em 2015	<u>114.878</u>	<u>2</u>	<u>72.875</u>	<u>4.845</u>	<u>168.592</u>	<u>52.028</u>	<u>3.869</u>	<u>-</u>
Saldo em 2014	<u>31.064</u>	<u>24</u>	<u>93.648</u>	<u>5.974</u>	<u>201.141</u>	<u>71.869</u>	<u>631</u>	<u>1</u>

Os saldos de mútuos e contas correntes de empresas sediadas no Brasil estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI, e com empresas no exterior estão sujeitos a juros calculados pela taxa LIBOR semestral acrescidos de 3% a.a..

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2015				
	Fixa	Variável	Plano de aposen- tadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	8.305	6.721	168	29	15.223
Diretores não estatutários	7.865	2.341	267	22	10.495
	<u>16.170</u>	<u>9.062</u>	<u>435</u>	<u>51</u>	<u>25.718</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram exercidas as opções de compra de 566.738 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 2,38 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo.

	2014				
	Fixa	Variável	Plano de aposen- tadoria	Pagamento com base em ações	Total
Conselho de Administração e diretores estatutários	8.922	6.658	196	90	15.866
Diretores não estatutários	7.321	4.247	231	150	11.949
	<u>16.243</u>	<u>10.905</u>	<u>427</u>	<u>240</u>	<u>27.815</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram exercidas as opções de compra de 428.372 ações preferenciais escriturais pelos administradores e empregados da Marcopolo ao preço de R\$ 4,33 por ação, utilizando-se das ações em tesouraria, de acordo com o previsto no plano de opções de compra de ações da Marcopolo.

15 Empréstimos e financiamentos

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2015	2014	2015	2014
Moeda nacional						
FINAME	5,86	2016 a 2025	12.957	10.419	23.340	17.024
Empréstimos bancários	14,25	2016	74	69	143	133
Depósitos interfinanceiros	15,30	2016	-	-	39.425	38.842
FINEP	5,60	2016 a 2025	186.365	175.743	199.549	188.928
FDE – Fundos de desenvolvimento	2,18	2024 e 2025	-	-	109.574	65.435
Pré-embarque especial (*)	6,34	2016 e 2017	302.136	302.113	302.136	302.113
Notas de créditos exportação - Compulsório	8,17	2016 a 2019	556.339	412.052	556.339	412.052

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2015	2014	2015	2014
Moeda estrangeira						
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos	3,10	2018	413.004	240.386	413.004	240.386
Notas de créditos exportação - USD	3,14	2018	48.854	46.524	48.854	46.524
Financiamento em randes	9,65	2017 a 2020	-	-	624	290
Financiamento em renminbi	5,29	2016	-	-	22.911	18.473
Financiamento em dólares australianos	3,02	2016	-	-	79.173	69.915
Partes relacionadas	Libor + 3,00	-	2	24	-	-
Subtotal de moeda nacional e estrangeira			1.519.731	1.187.330	1.795.072	1.400.115
Captações no mercado aberto						
Moeda nacional						
BNDES – Operações Pré fixadas	3,60	2016 a 2024	-	-	613.321	598.021
BNDES – Operações Pós fixadas	TJLP + 1,50	2016 a 2021	-	-	66.453	112.789
Subtotal de captações no mercado aberto			-	-	679.774	710.810
Total de empréstimos e financiamentos			1.519.731	1.187.330	2.474.846	2.110.925
Passivo circulante			(582.682)	(67.013)	(965.139)	(419.734)
Passivo não circulante			937.049	1.120.317	1.509.707	1.691.191

(*) Corresponde a uma linha de crédito do BNDES destinada a produção direcionada a exportação, devendo o embarque dos mesmos ocorrer em até a data limite de 3 anos.

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
De 13 a 24 meses	577.147	539.861	800.335	741.538
De 25 a 36 meses	218.705	432.425	338.985	588.218
De 37 a 48 meses	78.617	51.927	166.868	139.936
De 49 a 60 meses	30.408	71.191	78.170	113.753
Após 60 meses	32.172	24.913	125.349	107.746
	937.049	1.120.317	1.509.707	1.691.191

(a) Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 22.317 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 17.024 em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia detém empréstimos bancários garantidos no montante de R\$ 506.424 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 233.694 mil em 31 de dezembro de 2014). De acordo com os termos do contrato, esses empréstimos serão pagos em parcelas nos próximos 3 anos. Contudo, os contratos possuem cláusulas restritivas “Covenants”, que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros não forem atingidos. Caso ocorra essa situação, a Companhia reclassifica esses montantes para o passivo circulante e toma providências para o restabelecimento dos indicadores contratuais.

(b) Captações no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pelo Banco Moneo, junto ao BNDES, para financiamento de operações de FINAME.

O valor de face e valor justo das captações no mercado aberto são:

	<u>Valor de face (futuro)</u>		<u>Valor justo (presente)</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
De 1 a 12 meses	256.531	238.314	235.174	223.770
De 13 a 24 meses	206.892	206.433	192.044	197.196
De 25 a 36 meses	133.351	154.450	124.095	149.614
Após 36 meses	<u>135.205</u>	<u>144.058</u>	<u>128.461</u>	<u>140.230</u>
	<u>731.979</u>	<u>743.255</u>	<u>679.774</u>	<u>710.810</u>

O valor de face dos empréstimos do passivo circulante se aproxima do seu valor justo.

16 Provisões

(a) Contingências passivas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão apresentadas a seguir. As contingências consideradas de perdas prováveis estão provisionadas.

<u>Natureza</u>	<u>Controladora</u>			
	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>
Cível	964	-	964	-
Trabalhista	11.065	16.677	5.717	11.333
Tributário	<u>13.494</u>	<u>125.939</u>	<u>3.609</u>	<u>72.461</u>
	<u>25.523</u>	<u>142.616</u>	<u>10.290</u>	<u>83.794</u>
<u>Consolidado</u>				
<u>Natureza</u>	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>
Cível	964	442	964	462
Trabalhista	12.689	16.677	7.397	11.333
Tributário	<u>13.688</u>	<u>172.091</u>	<u>3.803</u>	<u>109.827</u>
	<u>27.341</u>	<u>189.210</u>	<u>12.164</u>	<u>121.622</u>

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Depósitos judiciais				
Cível	980	980	980	980
Trabalhista	2.676	1.272	3.855	2.379
Tributário	1.772	4.808	7.592	10.425
	<u>5.428</u>	<u>7.060</u>	<u>12.427</u>	<u>13.784</u>

(i) Cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho e por doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

(ii) Tributárias

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais de natureza tributária. A seguir, descrevemos a natureza das principais causas:

• Prováveis perdas - provisionadas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
ICMS - transferências de créditos (i)	-	3.145	-	3.145
REINTEGRA – apropriação de crédito (ii)	484	464	484	464
Regime Fiscal Especial – crédito tributário (iii)	10.171	-	10.171	-
Outras contingências de menor valor	2.839	-	3.033	194
	<u>13.494</u>	<u>3.609</u>	<u>13.688</u>	<u>3.803</u>

- (i) Contingência relativa à discussão sobre ICMS - transferência de créditos decorrentes de exportação.
- (ii) Contingência relativa a crédito de Reintegra – contingência decorrente de divergência de procedimento no pleito do crédito de Reintegra referente ao 1º e 2º trimestre de 2012.
- (iii) Contingência concernente à discussão dos procedimentos adotados para a fruição de benefícios fiscais utilizados na comercialização dos produtos.

• Possíveis perdas - não provisionadas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
PIS, COFINS e FINSOCIAL – compensações	6.497	6.165	6.497	6.165
COFINS – pedido de restituição (i)	18.207	-	18.207	-
PIS, COFINS – crédito	6.992	-	6.992	-
PIS – compensações (ii)	11.444	-	11.444	-
IPI – crédito	1.825	-	1.825	-
IRPJ - lucro inflacionário realizado a menor	2.609	2.430	2.609	2.430
IRPJ e CSLL sobre vendas ao exterior via tradings (iii)	-	21.981	-	21.981
IRPJ e CSLL – Saldo Negativo (iv)	14.445	-	14.445	-
IRPJ e CSLL – lucros no exterior (v)	24.319	21.199	24.319	21.199
IRPJ e CSLL – IR pago no exterior	2.957	-	2.957	-
REINTEGRA – Compensação (vi)	12.822	-	12.822	-

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes (vii)	-	-	32.135	24.461
ICMS – documentos fiscais inidôneos (viii)	13.139	12.015	13.139	12.015
ISS - serviços tomados de terceiros	4.782	3.790	4.782	3.790
INSS – serviços tomados de pessoas jurídicas	5.901	4.881	5.901	4.881
Outras contingências de menor valor	-	-	14.017	12.905
	<u>125.939</u>	<u>72.461</u>	<u>172.091</u>	<u>109.827</u>

(i) Contingências relativas a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de COFINS. O processo administrativo encontra-se em andamento na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento.

(ii) Contingência relativa a valores inscritos em dívida ativa, provenientes de compensações não homologadas derivadas de créditos obtidos em processo judicial. O processo encontra-se em andamento na primeira instância da Justiça Federal de Caxias do Sul.

(iii) Contingência relativa ao IRPJ e CSLL sobre vendas ao exterior via tradings (anos-calendário de 1999 e 2000). Destaca-se que a Câmara Superior de Recursos Fiscais do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, julgou favoravelmente os recursos apresentados pela empresa (decisão transitada em julgado).

(iv) Contingência relativa a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(v) Contingência relativa a discussão sobre a consolidação no Exterior de resultados de controladas indiretas, antes do oferecimento dos lucros à tributação no Brasil. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia da Receita Federal de Julgamento.

(vi) Contingência relativa a discussão sobre crédito de Reintegra, em razão de divergência de procedimento no pleito do crédito. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento – DRJ.

(vii) Contingência da controlada, relativa a discussões sobre ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.

(viii) Contingência relativa a discussões sobre ICMS, por suposta emissão de documentos fiscais com erro na aplicação da alíquota, em operações de venda a não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

(b) Contingências ativas

O demonstrativo contendo informações sobre contingências ativas, conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado com a possibilidade de ganho:

Natureza	Consolidado			
	2015		2014	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Contingente				
Tributário	11.851	11.166	10.718	10.018
Previdenciário	-	2.438	-	2.216
	<u>11.851</u>	<u>13.604</u>	<u>10.718</u>	<u>12.234</u>

(i) Contingências tributárias

A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito estadual e federal, nas quais são discutidas as seguintes matérias:

- Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.
- Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.
- Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF.
- Empréstimo Compulsório Eletrobrás.
- ICMS sobre materiais de uso e consumo.

(ii) Contingências previdenciárias

- Contribuição Social Previdenciária – INSS.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os reconhece após o trânsito em julgado ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

17 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados

A Marcopolo é patrocinadora principal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras: Marcopolo (principal), Syncroparts, Trading, Banco Moneo e Fundação Marcopolo. No exercício de 2015 foi despendido em contribuições, em nível consolidado, o montante de R\$ 16.543 (R\$ 11.667 em 2014). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva da patrocinadora, e de "contribuição definida" onde as contribuições são da patrocinadora e do participante, de forma opcional.

Na data-base de 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme abaixo apresentado.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais	(196.773)	(205.606)	(198.861)	(207.698)
Valor justo dos ativos do plano	219.711	210.184	222.042	212.329
Superávit não sujeito a reembolso ou de redução nas contribuições futuras	(22.938)	(4.578)	(23.181)	(4.631)
Passivo a ser reconhecido	-	-	-	-

De acordo com as prerrogativas constantes nos regulamentos do plano de aposentadoria e na parcela contabilizada do plano de aposentadoria suplementar não se verifica a possibilidade de reembolso, aumento de benefício ou de redução nas contribuições futuras. Consequentemente o ativo decorrente do superávit dos planos não foram contabilizados em 31 de dezembro de 2015.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Em 1º de janeiro	-	-	-	-
Contribuições dos participantes do plano	10.165	10.332	10.298	10.467
Perdas (ganhos) atuariais	(10.165)	(10.332)	(10.298)	(10.467)
(Despesa) Receita anual líquida reconhecida	-	-	-	-
Em 31 de dezembro	-	-	-	-

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Em 1º de janeiro	210.184	185.614	212.329	187.111
Contribuição dos patrocinadores	10.165	10.332	10.298	10.467
Contribuição dos empregados	482	473	490	481
Benefícios pagos	(9.806)	(8.131)	(9.807)	(8.132)
Retorno esperado dos ativos do plano	8.686	21.896	8.732	22.402
Em 31 de dezembro	219.711	210.184	222.042	212.329

A movimentação da obrigação atuarial nos períodos apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Em 1º de janeiro	205.606	182.605	207.698	184.084
(Ganhos) perdas atuariais	(27.666)	4.445	(28.049)	4.700
Custo dos serviços correntes	4.545	4.332	4.675	4.502
Custo financeiro	23.612	21.882	23.854	22.063
Contribuições dos empregados	482	473	490	481
Benefícios pagos	(9.806)	(8.131)	(9.807)	(8.132)
Em 31 de dezembro	<u>196.773</u>	<u>205.606</u>	<u>198.861</u>	<u>207.698</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Custo dos serviços correntes	4.545	4.332	4.675	4.502
Custo financeiro	(706)	(705)	(715)	(714)
Total incluído nos custos de pessoal	<u>3.839</u>	<u>3.627</u>	<u>3.960</u>	<u>3.788</u>

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

• **Hipóteses econômicas**

	Percentual a.a.			
	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Taxa de desconto (*)	12,68	11,75	12,68	11,75
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	12,68	11,75	12,68	11,75
Aumentos salariais futuros	7,52	8,36	7,52	8,36
Inflação	5,00	5,20	5,00	5,20

(*) A taxa de desconto é composta de: inflação 5,00% a.a. mais juros 7,31% a.a para o ano de 2015 (inflação de 5,20% a.a. mais juros de 6,23% a.a. para o ano de 2014).

• **Hipóteses demográficas**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade e inválidos	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944

. Hipóteses atuariais e análises de sensibilidades

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefício, demonstra o impacto na exposição atuarial (12,68% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto em 1 p.p.:

(i) Valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2015.

- Total	196.773
---------	---------

(ii) Hipóteses atuariais significativas em 31 de dezembro de 2015.

		<u>Análise de Sensibilidade</u>	<u>Efeito no VPO</u>
Taxa de desconto	13,68%	1% de aumento	(18.149)
Taxa de desconto	11,68%	1% de redução	21.983

(iii) Métodos e hipóteses utilizadas nas análises de sensibilidade.

Os resultados apresentados foram preparados modificando apenas as hipóteses reais mencionadas em cada linha.

18 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A base para constituição dos impostos diferidos é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo				
Provisão para assistência técnica	24.214	27.392	43.390	27.590
Provisão para comissões	36.864	31.823	40.923	37.234
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.175	6.826	24.952	36.222
Provisão para participação nos resultados	18.118	25.189	19.493	27.713
Provisão para contingências	25.523	9.326	27.341	15.012
Provisão sobre avais com terceiros	75	70	146	133
Provisão para perdas nos estoques	857	2.200	7.328	7.036
Provisão para serviços de terceiros	12.231	14.515	12.231	14.515
Provisão para rescisões contratuais	13.779	-	13.779	-
Apropriação (ganhos) perdas com derivativos	(155)	1.939	(882)	854
Ajuste a valor presente	2.590	(177)	2.919	189
Depreciação fiscal	(32.565)	(31.008)	(45.318)	(40.890)
Outras provisões	11.956	5.102	36.451	40.574
Base de cálculo	118.662	93.197	182.753	166.182
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>40.345</u>	<u>31.687</u>	<u>62.136</u>	<u>56.502</u>

(b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
De 13 meses em diante	40.345	31.687	62.136	56.502
	<u>40.345</u>	<u>31.687</u>	<u>62.136</u>	<u>56.502</u>

(c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Conciliação				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	91.949	242.474	127.717	276.363
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
	<u>31.263</u>	<u>82.441</u>	<u>43.424</u>	<u>93.963</u>
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(7.327)	(28.299)	(11.219)	(12.009)
Juros sobre capital próprio	(14.723)	(23.022)	(14.723)	(23.022)
Incentivo fiscal PDI (i)	(10.310)	(10.050)	(10.310)	(10.050)
Participação dos administradores	(2.285)	(2.264)	(2.285)	(2.264)
IR/CS sobre resultados no Exterior	10.239	(238)	10.239	(238)
Prejuízo fiscal de empresas ligadas	-	-	15.038	2.990
Outras adições (exclusões)	(1.857)	1.754	8.470	2.923
	<u>5.000</u>	<u>20.322</u>	<u>38.634</u>	<u>52.293</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(13.658)	(22.237)	(44.268)	(56.111)
Diferido	8.658	1.915	5.634	3.818
	<u>5.000</u>	<u>20.322</u>	<u>38.634</u>	<u>52.293</u>
Alíquota efetiva - %	5	8	30	19

(i) Incentivo – Programa de desenvolvimento industrial.

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da controladora é de 2.100.000.000 ações, sendo 700.000.000 ações ordinárias e 1.400.000.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 896.900.084 (896.900.084 em 31 de dezembro de 2014) ações nominativas, sendo 341.625.744 ordinárias e 555.274.340 preferenciais, sem valor nominal.

Do total do capital subscrito, 327.101.649 (325.475.079 em 31 de dezembro de 2014) ações preferenciais nominativas pertencem a acionistas do exterior.

(b) Reservas

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reservas estatutárias

A Marcopolo destina 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro remanescente, para o pagamento de dividendo a todas as ações da Marcopolo, a título de dividendo mínimo obrigatório. O saldo remanescente do lucro líquido será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas:

- . Reserva para futuro aumento de capital para ser utilizada em futuros aumentos de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social.
- . Reserva para pagamento de dividendos intermediários para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no parágrafo 1º do artigo 33 do Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.
- . Reserva para compra das próprias ações a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da Marcopolo, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.

(c) Ações em tesouraria

Corresponde ao entesouramento de 5.923.969 ações preferenciais nominativas, adquiridas ao custo médio de R\$ 4,6379 (em reais um) por ação. No exercício foram alienadas 1.171.646 ações preferenciais nominativas, a um preço médio ponderado de R\$ 2,3800 por ação, gerando um resultado líquido negativo de R\$ 2.645. O valor das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 27.475. As ações serão utilizadas para, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das S.A. e da Instrução CVM nº 390/03, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Marcopolo, de acordo com o Plano de Opções de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005.

20 Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95 e dividendos

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Marcopolo calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 43.302 (R\$ 67.714 em 2014) sendo R\$ 21.651 pagos a partir de 30 de junho de 2015, na razão de R\$ 0,0243 para cada ação e R\$ 21.651 pagos a partir de 30 de setembro de 2015, na razão de R\$ 0,0243 para cada ação, tanto para as ações ordinárias escriturais, como para as ações preferenciais escriturais, os quais foram contabilizados como despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do caixa.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 14.723 (R\$ 23.022 em 2014), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Demonstrativo do cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício (Controladora)	86.949	222.152
Reserva legal (5%)	<u>(4.347)</u>	<u>(11.108)</u>
Base de cálculo para dividendos	82.602	211.044
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)	20.651	52.761
Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório	<u>22.651</u>	<u>14.953</u>
Total de dividendos propostos pela Administração	<u>43.302</u>	<u>67.714</u>
Dividendos intermediários pagos	20.651	46.715
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar – passivo circulante	-	6.046
Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório	22.651	14.953
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos e pagos antecipadamente		
Valor bruto	43.302	67.714
Imposto de renda na fonte (15%)	(6.495)	(10.157)
Imposto de renda na fonte retenção suspensa	<u>1.487</u>	<u>2.478</u>
Valor líquido dos juros creditados	<u>38.294</u>	<u>60.035</u>
Valor líquido dos juros, dividendos creditados e propostos	<u><u>38.294</u></u>	<u><u>60.035</u></u>

O valor dos referidos juros foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório declarado antecipadamente, por conta do corrente exercício em conformidade com o item V da Deliberação CVM nº 207/96.

21 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

As principais coberturas de seguro são:

Natureza do ativo	Valor patrimonial	<u>Consolidado</u>	
		<u>2015</u>	<u>2014</u>
Estoques e almoxarifados	Incêndio e riscos diversos	605.020	385.553
Prédios e conteúdos	Incêndio e riscos diversos	801.880	722.207
Veículos	Colisão e responsabilidade civil	<u>35.714</u>	<u>9.381</u>
		<u><u>1.442.614</u></u>	<u><u>1.117.141</u></u>

22 Avais, fianças e garantias

A Companhia tinha contratado, em 31 de dezembro de 2015, avais e/ou fianças no montante de R\$ 18.582 (R\$ 22.512 em 2014), concedidos a bancos em operações de financiamento a clientes, que têm como contrapartida a garantia dos respectivos bens financiados, bem como o valor contábil residual de bens financiados no montante de R\$ 27.413 (R\$ 37.161 em 2014) dados em garantias de empréstimos bancários e contingências.

23 Participação de empregados nos lucros e resultados

No exercício social de 2015, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, a Administração optou pelo pagamento semestral, tendo pago em julho de 2015 uma parcela, e o saldo será pago em fevereiro de 2016.

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido em Instrumento de Acordo do Programa de Metas-Eficácia Marcopolo (EFIMAR).

Os valores estão classificados no resultado do exercício como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Custo dos produtos e serviços vendidos	9.468	25.573	9.732	31.417
Despesas com vendas	2.619	4.445	2.630	4.491
Despesas de administração	2.920	3.918	4.905	6.750
	<u>15.007</u>	<u>33.936</u>	<u>17.267</u>	<u>42.658</u>

24 Receita

A conciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Vendas brutas de produtos e serviços	2.058.158	2.897.431	3.193.687	4.107.639
Impostos sobre vendas e devoluções	(350.500)	(565.195)	(454.555)	(707.445)
Receita líquida	<u>1.707.658</u>	<u>2.332.236</u>	<u>2.739.132</u>	<u>3.400.194</u>

25 Despesas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Matérias-primas e materiais de consumo	916.528	1.391.502	1.508.508	2.013.257
Serviços de terceiros e outros	171.247	181.933	253.938	270.309
Remuneração direta	366.788	422.823	634.096	653.058
Remuneração dos administradores	15.156	15.385	15.156	15.385
Participação dos empregados nos lucros e resultados	15.007	33.936	17.267	42.658
Encargos de depreciações e amortizações	22.721	22.130	46.437	41.175
Despesas com previdência privada	16.457	11.488	16.543	11.667
Outras despesas	53.517	82.583	94.544	128.129
Total de custos e despesas de vendas, distribuições e despesas administrativas.	<u>1.577.421</u>	<u>2.161.780</u>	<u>2.586.489</u>	<u>3.175.638</u>

26 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias recebidos	8.944	6.883	15.910	8.245
Juros sobre derivativos	479	3.804	479	3.881
Rendas de aplicações financeiras	93.966	63.114	101.174	75.594
Variação cambial	261.079	97.329	284.811	109.882
Variação cambial sobre derivativos	17.730	5.455	18.217	6.093
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	21.605	28.426	28.590	36.544
	<u>403.803</u>	<u>205.011</u>	<u>449.181</u>	<u>240.239</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(68.411)	(50.151)	(75.943)	(59.056)
Juros sobre derivativos	(1.948)	-	(1.948)	-
Variação cambial	(329.426)	(109.382)	(360.368)	(118.112)
Variação cambial sobre derivativos	(8.961)	(16.236)	(10.502)	(16.977)
Despesas bancárias	(13.283)	(5.687)	(15.925)	(6.216)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(17.784)	(23.191)	(22.847)	(28.777)
	<u>(439.813)</u>	<u>(204.647)</u>	<u>(487.533)</u>	<u>(229.138)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(36.010)</u>	<u>364</u>	<u>(38.352)</u>	<u>11.101</u>

27 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Marcopolo	86.949	222.152	89.083	224.070
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	890.976	889.804	890.976	889.804
Lucro por ação	0,0975	0,2497	0,0999	0,2518

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia considera como efeito de diluição de ações ordinárias e preferenciais, o exercício das opções de compra de ações pelos empregados e administradores. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparado com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro atribuível aos acionistas da Marcopolo	86.949	222.152	89.083	224.070
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	890.976	889.804	890.976	889.804
Ajustes de:				
Exercício das opções de compra de ações	5.924	7.096	5.924	7.096
Lucro por ação	0,0969	0,2477	0,0993	0,2498

28 Balanços patrimoniais e demonstrações do resultado por segmento

O segmento industrial produz carrocerias para ônibus e peças de reposição. O segmento financeiro é responsável pelas operações de financiamento através do Banco Moneo.

Balanços patrimoniais

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.131.162	642.615	1.111.998	615.112	19.164	27.503
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	184.866	241.786	184.866	241.786	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.803	1.088	1.803	1.088	-	-
Contas a receber de clientes	1.032.600	1.150.598	678.442	823.031	354.158	327.567
Estoques	437.774	467.522	437.774	467.522	-	-
Outras contas a receber	200.714	164.456	154.971	109.822	45.743	54.634
	<u>2.988.919</u>	<u>2.668.065</u>	<u>2.569.854</u>	<u>2.258.361</u>	<u>419.065</u>	<u>409.704</u>
Não circulante						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	47.345	30.152	47.345	30.152	-	-
Contas a receber de clientes	538.215	565.518	-	-	538.215	565.518
Outras contas a receber	76.318	72.192	74.421	69.286	1.897	2.906
Investimentos	516.129	403.270	516.129	403.270	-	-
Imobilizado	561.340	435.024	560.948	434.467	392	557
Ágio e intangível	310.597	264.344	310.154	263.857	443	487
	<u>2.049.944</u>	<u>1.770.500</u>	<u>1.508.997</u>	<u>1.201.032</u>	<u>540.947</u>	<u>569.468</u>
Total do ativo	<u>5.038.863</u>	<u>4.438.565</u>	<u>4.078.851</u>	<u>3.459.393</u>	<u>960.012</u>	<u>979.172</u>
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	249.138	286.709	249.138	286.709	-	-
Empréstimos e financiamentos	965.139	419.734	690.540	157.122	274.599	262.612
Instrumentos financeiros derivativos	921	1.942	921	1.942	-	-
Outras contas a pagar	376.976	321.344	362.116	303.418	14.860	17.926
	<u>1.592.174</u>	<u>1.029.729</u>	<u>1.302.715</u>	<u>749.191</u>	<u>289.459</u>	<u>280.538</u>

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	1.509.707	1.691.191	1.065.107	1.204.151	444.600	487.040
Outras contas a pagar	74.799	46.634	74.799	46.634	-	-
	<u>1.584.506</u>	<u>1.737.825</u>	<u>1.139.906</u>	<u>1.250.785</u>	<u>444.600</u>	<u>487.040</u>
Participação dos acionistas não controladores	34.098	23.430	34.098	23.430	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	<u>1.828.085</u>	<u>1.647.581</u>	<u>1.602.132</u>	<u>1.435.987</u>	<u>225.953</u>	<u>211.594</u>
Total do passivo	<u>5.038.863</u>	<u>4.438.565</u>	<u>4.078.851</u>	<u>3.459.393</u>	<u>960.012</u>	<u>979.172</u>

Demonstrações de resultado

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Operações						
Receita líquida de vendas e serviços	2.739.132	3.400.194	2.688.298	3.342.688	50.834	57.506
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(2.263.165)	(2.807.859)	(2.263.165)	(2.807.859)	-	-
Lucro bruto	475.967	592.335	425.133	534.829	50.834	57.506
(Despesas) receitas operacionais						
Despesas com vendas	(164.841)	(196.438)	(163.385)	(187.864)	(1.456)	(8.574)
Despesas administrativas	(158.483)	(171.341)	(142.874)	(156.683)	(15.609)	(14.658)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(19.570)	5.386	(18.666)	6.377	(904)	(991)
Resultado de equivalência patrimonial	32.996	35.320	32.996	35.320	-	-
Lucro operacional	166.069	265.262	133.204	231.979	32.865	33.283
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	449.181	240.239	449.181	240.239	-	-
Despesas financeiras	(487.533)	(229.138)	(487.533)	(229.138)	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição social	127.717	276.363	94.852	243.080	32.865	33.283
Imposto de renda e contribuição social	(38.634)	(52.293)	(24.600)	(38.831)	(14.034)	(13.462)
Lucro líquido do exercício	<u>89.083</u>	<u>224.070</u>	<u>70.252</u>	<u>204.249</u>	<u>18.831</u>	<u>19.821</u>

Demonstrações dos fluxos de caixa por segmento de negócio - método indireto

	<u>Consolidado</u>		<u>Segmento Industrial</u>		<u>Segmento Financeiro</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício	89.083	224.070	70.252	204.249	18.831	19.821
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:						
Depreciações e amortizações	46.437	41.175	46.148	40.903	289	272
Ganho na venda de ativos de investimentos, imobilizados e intangíveis	2.901	12.403	2.762	12.403	139	-
Equivalência patrimonial	(32.996)	(35.320)	(32.996)	(35.320)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.643)	14.641	(2.989)	9.072	(1.654)	5.569
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	38.634	52.293	24.600	38.831	14.034	13.462
Juros e variações apropriados	160.095	86.965	133.907	78.986	26.188	7.979
Participações dos não controladores	2.134	3.020	2.134	3.020	-	-
Variações nos ativos e passivos						
Redução (aumento) em contas a receber de clientes	168.653	(34.975)	166.287	39.414	2.366	(74.389)
Redução (aumento) títulos e valores mobiliários	39.012	(102.309)	39.012	(102.309)	-	-
Redução (aumento) nos estoques	64.251	(10.441)	64.251	(10.441)	-	-
(Aumento) redução outras contas a receber (Redução) em fornecedores	(29.562)	(24.364)	(39.462)	(12.502)	9.900	(11.862)
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	(56.318)	(27.767)	(56.318)	(27.767)	-	-
	<u>47.835</u>	<u>(71.327)</u>	<u>51.675</u>	<u>(69.579)</u>	<u>(3.840)</u>	<u>(1.748)</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais	535.516	128.064	469.263	168.960	66.253	(40.896)
Impostos sobre o lucro pagos	(44.268)	(56.111)	(31.243)	(43.913)	(13.025)	(12.198)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	491.248	71.953	438.020	125.047	53.228	(53.094)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Investimentos	(128)	-	(128)	-	-	-
Dividendos de controladas, controladas em conjunto e coligadas	28.621	28.986	28.621	28.986	-	-
Adições de imobilizado	(158.265)	(134.028)	(158.146)	(134.018)	(119)	(10)
Adições de intangível	(1.734)	(2.921)	(1.634)	(2.875)	(100)	(46)
Recebimento na venda de ativo imobilizado	3.922	639	3.922	639	-	-
Caixa líquido obtido das atividades de investimentos	(127.584)	(107.324)	(127.365)	(107.268)	(219)	(56)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos						
Ações em tesouraria	2.788	(15.553)	2.788	(15.553)	-	-
Empréstimos tomados de terceiros	767.717	697.329	530.954	388.780	236.763	308.549
Pagamento de empréstimos - principal	(525.072)	(444.862)	(256.427)	(206.607)	(268.645)	(238.255)
Pagamento de empréstimos - juros	(65.158)	(67.422)	(40.399)	(49.387)	(24.759)	(18.035)
Pagamento dos juros sobre o capital próprio e dividendos	(86.935)	(121.897)	(82.228)	(116.100)	(4.707)	(5.797)

	<u>Consolidado</u>		<u>Segmento Industrial</u>		<u>Segmento Financeiro</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa líquido aplicado das atividades de financiamento	93.340	47.595	154.688	1.133	(61.348)	46.462
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	31.543	5.674	31.543	5.674	-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	488.547	17.898	496.886	24.586	(8.339)	(6.688)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	642.615	624.717	615.112	590.526	27.503	34.191
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.131.162	642.615	1.111.998	615.112	19.164	27.503

30 Informação adicional

O segmento de negócio industrial opera em regiões geográficas especificadas abaixo. O segmento de negócio financeiro opera exclusivamente no Brasil.

(a) Receita líquida por região geográfica

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Brasil	2.009.525	2.743.900
África	98.275	86.861
Austrália	324.149	255.595
China	67.045	64.639
Rússia	-	356
México	240.138	248.843
	<u>2.739.132</u>	<u>3.400.194</u>

(b) Ativos imobilizado, ágio e intangível por região geográfica

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Brasil	581.383	464.965
África	12.699	11.770
Austrália	162.507	130.355
Canadá	88.943	72.360
China	6.098	3.903
México	20.237	15.968
Uruguai	70	47
	<u>871.937</u>	<u>699.368</u>

31 Evento subsequente

Conforme fato relevante divulgado em 03 de novembro de 2015, o Conselho de Administração da Marcopolo aprovou a assinatura de uma carta de intenções, não vinculante, que tem por objetivo estabelecer as bases e os princípios para uma potencial incorporação da L&M, controladora direta da San Marino Ônibus Ltda. (Neobus). A Companhia segue no aguardo da obtenção da aprovação pelas autoridades de defesa de concorrência e da finalização do processo de *due dilligence*.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MAURO GILBERTO BELLINI
Presidente

OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO
Vice-Presidente

LUCIANO MOISÉS BADO
Conselheiro

MANUELA CRISTINA LEMOS MARÇAL
Conselheira

MARIA LETÍCIA DE FREITAS COSTA
Conselheira

PAULO CEZAR DA SILVA NUNES
Conselheiro

ODAIR LUCIETTO
Conselheiro

CARLOS ZIGNANI
Secretário

COMITÊ EXECUTIVO/DIRETORIA

PAULO BELLINI
Presidente Emérito/Membro Efetivo

MAURO GILBERTO BELLINI
Membro Efetivo - Coordenador

FRANCISCO GOMES NETO
Diretor Geral

JOSÉ ANTONIO VALIATI
Diretor de Controladoria e Finanças e de Relações
com Investidores

CARLOS ZIGNANI
Diretor

RUBEN ANTÔNIO BISI
Diretor de Negócios Internacionais

LUCIANO MOISÉS BADO
Membro Indicado

CARLOS ALBERTO CASIRAGHI
Membro Convidado

CONSELHO FISCAL

FRANCISCO SÉRGIO QUINTANA DA ROSA

EGON HANDEL

MARISA MINZONI

ADEMAR BARONI
Contador CRC-RS 50.602

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Marcopolo S.A.

Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Marcopolo S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Marcopolo S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-7-RS

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP244525/O-9-T-RS

“PARECER DO CONSELHO FISCAL”

“O Conselho Fiscal da Marcopolo S.A. em cumprimento às disposições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6404/76 e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório, sem ressalvas, dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, datado de 19.02.2016, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinam, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas”.

Caxias do Sul, 19 de fevereiro de 2016.

Francisco Sérgio Quintana da Rosa

Egon Handel

Marisa Minzoni

MARCOPOLO S.A.
CNPJ nº 88.611.835/0001-29
Companhia Aberta
NIRE Nº. 43 3 0000723 5

D E C L A R A Ç Ã O

Os Srs. Francisco Gomes Neto, José Antonio Valiati e Carlos Zignani, Diretores da MARCOPOLO S.A., sociedade com sede na Avenida Marcopolo, nº 280, Bairro Planalto, nesta cidade de Caxias do Sul, RS, inscrita no CNPJ sob nº 88.611.835/0001-29, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, do Artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

- a) Reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Marcopolo S.A., relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; e
- b) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas pela KPMG Auditores Independentes, no Relatório dos Auditores Independentes relativo as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Caxias do Sul, RS, 19 de fevereiro de 2016

Francisco Gomes Neto
Diretor

José Antonio Valiati
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Carlos Zignani
Diretor

MARCOPOLO S.A.
C.N.P.J. nº 88.611.835/0001-29
NIRE nº 43 3 0000723 5
Companhia Aberta

Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos

O Comitê de Auditoria e Riscos (Comitê) da Marcopolo S.A. manifesta que, ao longo do ano de 2015, efetuou seis reuniões periódicas para análise de assuntos de sua competência. Nestas oportunidades, foram focados diversos temas, destacando-se: o acompanhamento do processo de auditoria independente, e das atividades de auditoria interna, a avaliação dos sistemas empregados para controles internos e gestão de riscos, a verificação quanto ao cumprimento de aspectos legais e regulamentares atinentes à elaboração das demonstrações financeiras, e a avaliação de temas fiscais relevantes encaminhados, bem como de eventuais denúncias de fraude.

Mais precisamente, foram desenvolvidas as seguintes atividades pelo Comitê neste exercício:

- Monitoramento da atuação da auditoria independente, análise de seus relatórios e dos pontos de recomendação emitidos;
- Análise do cronograma anual de atividades, sua execução, e dos relatórios preparados pela auditoria interna, por trabalhos realizados nas unidades no Brasil e no exterior;
- Gerenciamento das atividades destinadas à gestão de riscos na Empresa;
- Apreciação e discussão de temas relevantes levantados nos relatórios de auditoria independente e interna, com manifestação, quando pertinente, ao Conselho de Administração;
- Apreciação das Informações Trimestrais (ITRs) e das Demonstrações Financeiras Anuais da Empresa, em conjunto com a auditoria independente;
- Acompanhamento e monitoramento das atividades de *Compliance* na Empresa;
- Discussão de temas relacionados a contingências passivas e ativas, e no tocante à adequação das políticas internas, em especial quanto aos seguros, segurança da informação, de crédito, e avais concedidos.

Conclusão:

Considerando os sistemas de controles internos existentes, a abrangência, a profundidade e a qualidade dos trabalhos realizados pelas auditorias, independente e interna, bem como o teor sem ressalvas do parecer dos auditores independentes, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Caxias do Sul, 19 de fevereiro de 2016.

Manuela C L Marçal
Coordenador